

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) FABIO CAMARA CUNHA

A CRISE NA REGIÃO DO DELTA DO NÍGER:

análise do Programa de Anistia de 2009 à luz da teoria de John Paul Lederach

Rio de Janeiro

2020

CC (FN) FABIO CAMARA CUNHA

A CRISE NA REGIÃO DO DELTA DO NÍGER:

análise do Programa de Anistia de 2009 à luz da teoria de John Paul Lederach

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Adriano Lauro

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo que tem feito em minha vida e por ter me concedido saúde para chegar até aqui. À minha esposa Juliana e aos meus três filhos, pela compreensão dos períodos de ausência e pelo apoio incondicional que vêm demonstrando, não só neste momento, mas em todos os desafios impostos pela carreira naval. Vocês são meu porto seguro, sempre dispostos a me amparar. Aos amigos da turma C-EMOS 2020, pela amizade e camaradagem. Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Adriano Lauro, pelas orientações precisas até o final da elaboração desta dissertação. E aos instrutores da EGN, por participarem da construção e solidificação do conhecimento. Vocês são parcela ímpar, não só na minha formação profissional, mas de toda a turma C-EMOS 2020.

RESUMO

A crise na região do Delta do Níger teve sua origem na década de 1990, com o surgimento dos movimentos sociais protestando contra as injustiças provenientes do governo nigeriano e das empresas petrolíferas. Buscavam combater o descaso, tanto dos governantes em relação ao desenvolvimento das comunidades do Delta do Níger, quanto das empresas petrolíferas em relação à despoluição de seus ambientes naturais. Com a repressão empregada pelo governo federal no combate às manifestações, ganham força, no início do século XXI, os grupos armados, vistos pelas próprias comunidades como única forma para se alcançar a resolução dos problemas da região. Em consequência, aumentam os índices de violência no Delta do Níger e diminuem as receitas da União. Para acabar com a crise, o governo nigeriano adota o Programa de Anistia Presidencial (PAP), a partir de 2009, baseado no processo de “desarmamento”, “desmobilização” e “reintegração” (DDR) da Organização das Nações Unidas (ONU). O propósito deste trabalho é apresentar o PAP e suas ações desenvolvidas no período de 2009 a 2018, analisando-os segundo o modelo teórico de “transformação do conflito” de John Paul Lederach. O desenho de pesquisa empregado na elaboração da presente dissertação foi a “descrição do fenômeno”, ou seja, a descrição do PAP e suas ações decorrentes à luz da teoria de Lederach. O foco nos atores internos e sua estrutura integrada de construção da paz permitiu compreender as peculiaridades dos diversos atores e suas complexas relações, apresentando, inclusive, contribuições para o aperfeiçoamento do programa. O raciocínio analítico desenvolvido ao longo da pesquisa busca responder a seguinte questão: teria o PAP encaminhado boas soluções para a construção da paz na região do Delta do Níger? Será demonstrado que o programa, embora tenha encaminhado boas soluções para a construção da paz na região, não combateu as causas que deram origem à crise e não envolveu devidamente as companhias petrolíferas no processo de resolução, criando lacunas com potencial para comprometer a construção da paz no longo prazo.

Palavras-chave: Crise. Região. Delta do Níger. Comunidades. Empresas petrolíferas. Governo nigeriano. Programa de Anistia Presidencial (PAP). Lederach. Construção da Paz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Estrutura piramidal multinível de Lederach.....	57
FIGURA 2 - Modelo Multiparadigma de Marie Dugan.....	58
FIGURA 3 - Modelo de progressão do conflito, de acordo com Adam Curle.....	59
FIGURA 4 - Dimensão temporal da construção da paz, segundo Lederach.....	60
FIGURA 5 - Estrutura integrada de construção da paz, de acordo com Lederach.....	61
FIGURA 6 - Região do Delta do Níger com seus nove Estados constituintes.....	62
FIGURA 7 - Mapa multiétnico da Nigéria.....	63
FIGURA 8 - Mapa de 1900, com os protetorados do norte e do sul.....	64
FIGURA 9 - Mapa da Nigéria de 1967, com o Estado Independente de Biafra	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAS	<i>Association for the Advancement of Science</i>
CPAP	<i>Coordinator of the Presidential Amnesty Programme</i>
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
EUA	Estados Unidos da América
ICG	<i>International Crisis Group</i>
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IYC	<i>Ijaw Youth Council</i>
MEND	<i>Movement for the Emancipation of the Niger Delta</i>
MOSOP	<i>Movement for the Survival of the Ogoni People</i>
NDDC	<i>Niger Delta Development Commission</i>
NDPVF	<i>Niger Delta People's Volunteer Force</i>
NDV	<i>Niger Delta Vigilante</i>
OGIF	<i>Oil and Gas Industry Foundation</i>
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAPND	<i>Office of the Special Adviser to the President on Niger Delta</i>
PAP	Programa de Anistia Presidencial
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PTE	<i>Post-training and Empowerment</i>
SAPND	<i>Special Adviser to the President on Niger Delta</i>
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DESCRIÇÃO TEÓRICA	10
2.1	DEFINIÇÃO DE CONFLITO	10
2.2	A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DE JOHAN GALTUNG.....	11
2.3	O MODELO TEÓRICO DE LEDERACH	14
2.3.1	Identificação dos atores internos e dos padrões de abordagem	14
2.3.2	Uma visão sistêmica	17
2.3.3	Dimensão temporal do processo de transformação do conflito.....	19
2.3.4	Modelo integrado da visão sistêmica e da dimensão temporal	20
3	A CRISE NA REGIÃO DO DELTA DO NÍGER.....	22
3.1	ASPECTOS DO PERÍODO COLONIAL.....	22
3.2	AS CAUSAS DA CRISE	26
3.3	A CRISE INSTALADA	30
4	PROGRAMA DE ANISTIA COMO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO.....	36
4.1	O PROGRAMA DE ANISTIA PRESIDENCIAL DE 2009	36
4.2	O PROCESSO DDR	38
4.3	IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES INTERNOS	39
4.4	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ANISTIA PRESIDENCIAL.....	41
4.4.1	Desarmamento	41
4.4.2	Desmobilização	42
4.4.3	Reintegração	43
4.5	DIFICULDADES E OPORTUNIDADES DE MELHORIA	45
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

As atuais questões de segurança marítima que assolam o Golfo da Guiné, na costa oeste do continente africano, como pirataria, roubo armado, sequestro de navios e tripulações, dentre outros, foram fortemente influenciadas por movimentos que se originaram na região petrolífera do Delta do Níger, na Nigéria, a partir da década de 1990. Daqui, surgiu o interesse em conhecer mais a fundo a crise que se instalou nessa porção do país e que contribui para a insegurança nas águas africanas do Atlântico Sul, parte constituinte do entorno estratégico brasileiro (PND, 2016).

Desde a descoberta de petróleo no Delta do Níger, na década de 1950, a sua exploração se constitui em uma das principais fontes de instabilidade na região. Os governos civis e militares que se instalaram no país após a independência nigeriana, em 1960, tornaram-se profundamente dependentes das receitas oriundas do setor. A necessidade de permanência no poder, frente aos interesses de grupos étnicos distintos, levou os governantes nigerianos a centralizarem cada vez mais as receitas petrolíferas, relegando o desenvolvimento da região ao acaso e incitando as disputas internas pelo seu controle. Diante desse quadro de disputas, é que surgem os movimentos sociais, na década de 1990, interessados no maior controle sobre os recursos do Delta do Níger e na despoluição de seus ambientes naturais, frente a contaminação proveniente da exploração desenfreada das companhias petrolíferas.

A incapacidade dos governantes nigerianos em administrar as questões reivindicadas e a sua intervenção pelo uso da força, levaram a formação dos grupos militantes armados, já no início do século XXI, certos de que esta seria a única forma possível para a resolução dos problemas da região. Com isso, a violência se instala nas comunidades e nas águas do Delta do Níger, interferindo diretamente na produção dos hidrocarbonetos e afetando

a economia do país. Convencido de que a repressão não estava sendo eficaz, o governo nigeriano optou por uma resolução pacífica, em 2009, traduzida no Programa de Anistia Presidencial (PAP), foco da análise deste estudo.

Com isso, o propósito deste trabalho é descrever e analisar as ações desenvolvidas no contexto do Programa de Anistia, entre os anos de 2009 e 2018, além de aportar algumas contribuições para o seu aperfeiçoamento, tendo por base o modelo teórico de John Paul Lederach para a resolução de conflitos.

Assim, a seguinte questão central foi elaborada com o objetivo de orientar a pesquisa: teria o PAP encaminhado boas soluções para a construção da paz na região do Delta do Níger?

Além da questão anterior, as seguintes perguntas complementares terão sido respondidas ao final do trabalho: Quais foram as causas da crise no Delta do Níger e se elas foram combatidas pelo PAP? Houve o envolvimento dos atores internos no processo de construção da paz?

O desenho de pesquisa empregado será a “descrição do fenômeno”, fundamentado na exploração documental e bibliográfica. Buscaremos descrever o Programa de Anistia Presidencial, desde sua implementação, passando pelas ações decorrentes e identificando lacunas porventura existentes. Para sua análise, conforme já citado, utilizaremos o modelo teórico de John Paul Lederach. Em virtude do propósito deste trabalho e da natureza das perguntas que serão respondidas, não serão estabelecidas hipóteses a serem confirmadas, devido à dificuldade na definição de critérios claros para aceitá-las ou negá-las.

Além da motivação que levou à pesquisa, conforme citado anteriormente, cabe destacar como relevância para este estudo a participação brasileira em missões de paz e o quão importante se torna conhecer sobre os conflitos e crises diversos no continente africano e seus processos de resolução ou construção da paz.

Para ajudar nas respostas às perguntas anteriormente formuladas e cumprir com o seu propósito, este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo apresenta a teoria utilizada para apoio à análise que se propõe a pesquisa. O terceiro capítulo resume um breve histórico da região do Delta do Níger, apontando as principais causas para sua crise. O quarto capítulo descreve e analisa o Programa de Anistia Presidencial e as ações desenvolvidas no período de 2009 a 2018, baseado no modelo teórico de Lederach, prescrevendo ao final algumas sugestões para o seu melhoramento. O quinto capítulo é uma conclusão, condensando as análises apresentadas nos capítulos anteriores.

Por fim, ressaltamos que a principal limitação para esta pesquisa está na sua extensão, o que naturalmente restringe o nível de profundidade das análises realizadas. Entretanto, essa limitação apresenta um aspecto motivacional que é a possibilidade de produção de novos trabalhos acadêmicos sobre o tema, empregando-se, inclusive, outras lentes teóricas para análise.

2 DESCRIÇÃO TEÓRICA

Este segundo capítulo tem por finalidade discorrer sobre os conceitos teóricos que respaldarão o desenvolvimento da pesquisa proposta. Primeiramente, confrontaremos opiniões acerca da definição de conflito, optando por aquela que melhor explique as questões por detrás da crise do Delta do Níger. Posteriormente, apresentaremos um compilado dos trabalhos de Johan Galtung (1930-) sobre violência e construção da paz, demonstrando sua importância para a evolução das Operações de Paz da ONU e para os processos de resolução dos conflitos. Finalmente, descreveremos o modelo teórico formulado por John Paul Lederach (1955-) acerca da “transformação do conflito”. Tal modelo nos servirá para análise do processo adotado para a resolução da crise¹ na região do Delta do Níger, ou seja, o Programa de Anistia Presidencial conduzido pelo governo nigeriano, a partir de 2009.

2.1 DEFINIÇÃO DE CONFLITO

Antes de adentrarmos aos trabalhos de Johan Galtung (1930-), achamos por bem definirmos o conceito de conflito que balizará as demais abordagens deste estudo.

Partindo do pressuposto que o conflito é inerente às relações sociais e, conseqüentemente, à sociedade, surgem ao longo do tempo, diferentes interpretações para sua definição. Diante dessa gama de entendimentos distintos, apresentaremos somente duas delas, visando buscar aquela que melhor se enquadre aos nossos estudos.

A primeira interpretação que expomos, admite que um conflito ocorre quando uma

¹ Embora exista a diferença conceitual entre crise e conflito, neste trabalho abordaremos a crise no Delta do Níger por meio de um processo de resolução de conflito, tendo em vista que toda crise reflete um estado de conflito anterior (BRECHER, 1993).

das partes envolvidas em uma interação percebe a outra como adversária, com desejos incompatíveis aos seus, cujo alcance acarretará na sua frustração. Os objetivos traçados pelos indivíduos ou grupos conflitantes não podem ser alcançados simultaneamente (PRUITT e RUBIN, 1986). Tal visão conceitual nos remete à ideia de conflito como competição, onde a vitória de um depende da derrota do outro.

Freund (1995), apresenta o seguinte entendimento sobre conflito:

O conflito consiste em enfrentamento por choque intencional, entre duas pessoas ou grupos de mesma espécie que manifestam, uns sobre os outros, uma intenção hostil, geralmente a propósito de um direito, e que para mantê-lo, afirmá-lo ou restabelecê-lo, tratam de romper a resistência do outro, eventualmente, pelo recurso da violência, o que pode chegar ao caso do aniquilamento físico do outro. (FREUND, 1995, p. 58, tradução nossa).²

Além disso, o conflito não nasce necessariamente da incompatibilidade existente entre dois objetos, dos seus desejos ou propósitos diferentes, mas sim de opiniões, juízos ou impressões sobre um mesmo ponto (FREUND, 1995).

Diante da divergência de conceitos apresentados, adotaremos para os fins deste estudo, o presente na definição de Julien Freund (1921-1993). Ao analisarmos a crise no Delta do Níger, nos próximos capítulos, veremos tratar-se de um conflito originado na busca por direitos, justiça e não ancorado em objetivos incompatíveis.

2.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DE JOHAN GALTUNG

Segundo o manual produzido pelo *Peacebuilding Support Office*³ das Nações Unidas, o termo *peacebuilding*⁴ surgiu a partir do trabalho *Three approaches to Peace*:

² Tradução do original em espanhol: “El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro.”

³ Traduzido como “Escritório de Apoio à Consolidação da Paz” - Agência das Nações Unidas criada em 2005 com o propósito de contribuir para a manutenção da paz, promovendo o apoio internacional às iniciativas de consolidação da paz (ONU, 2020).

⁴ Termo que pode ser traduzido para o português como “construção da paz”.

Peacekeeping, Peacemaking, Peacebuilding, de Johan Galtung (1930-), publicado em 1976 (ONU, 2010). Dada a importância desse tema para o desenvolvimento dos processos de resolução de conflitos, conforme veremos no próximo subitem, iniciaremos nossos estudos a partir do trabalho *Violence, Peace and Peace Research*, de Galtung, publicado em 1969.

Conforme analisamos anteriormente, a violência é um produto dos conflitos e para isso, compreendê-la em sua essência torna-se primordial. Galtung (1969), inicialmente, nos brinda com duas dimensões distintas da violência: a direta ou pessoal; e a indireta ou estrutural. A primeira delas, baseada na existência de um agente, caracteriza-se pelo emprego da força física ou intimidação moral por parte dos indivíduos ou grupos antagônicos, podendo gerar ferimentos, danos morais e em último caso, morte. A dimensão estrutural da violência, por outro lado, não está relacionada a nenhum ator específico, mas sim ao processo de construção da sociedade, fundamentando-se nas desigualdades de poder existentes entre seus grupos. Posteriormente, em 1990, Galtung apresenta uma terceira dimensão da violência, relacionada à cultura. Ele afirma que aspectos ideológicos, religiosos, linguísticos e outros, relacionados a determinado povo, podem justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural.

Outros conceitos apresentados em *Violence, Peace and Peace Research*, traduzem-se dos seus estudos sobre o que seria a paz. Galtung (1969) compara os dois primeiros tipos de violência apresentados, direta e estrutural, como dois lados de uma mesma moeda, e que a ausência de apenas um dos seus lados não corresponde a paz absoluta. Dessa forma, ele refere-se à ausência da violência direta ou pessoal como paz negativa, ou seja, eliminação de apenas um dos lados de uma mesma moeda. Para alcançar a paz em sua plenitude, o que ele chamou de paz positiva, necessitaria eliminar, também, a outra dimensão da violência, a indireta ou estrutural. Posteriormente, em *Cultural Violence*, Galtung (1990) admite como paz positiva, não só a ausência da violência indireta ou estrutural, mas também da cultural.

Em seu trabalho *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, Peacebuilding*, Galtung (1976) acrescenta aos seus estudos sobre violência e paz, um novo conceito, denominado *peacebuilding*. Por este, o processo de resolução de um conflito deixa de focar somente na violência direta e passa a buscar soluções para uma paz positiva, com a eliminação das causas relacionadas à violência estrutural e cultural.

A aplicação prática desse conceito pode ser observada nas Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Faganello (2013), *peacebuilding* é um dos instrumentos de paz da ONU, que deve ser empregado em conjunto com os demais (prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peace enforcement*) para que se alcancem resultados satisfatórios durante os processos de resolução de conflitos nos quais a ONU se envolve. Ela o define como

Instrumento recente, reflexo das crises da década de 1990, que envolve uma série de medidas voltadas para a redução do risco de retomada do conflito a partir do fortalecimento das capacidades nacionais. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo que tem como objetivo criar as condições necessárias para uma paz duradoura. Em suma, ele busca tratar o conflito em sua raiz, bem como os problemas estruturais que levaram àquela situação (FAGANELLO, 2013, p. 48).

Desde a fundação da ONU, em 1945, até o fim da Guerra Fria (1947-1991), as Operações de Paz eram marcadas essencialmente por atividades militares, que buscavam a eliminação do conflito direto por meio de tropas levemente armadas ou observadores que garantiam um acordo de cessar-fogo (FAGANELLO, 2013).

Pelo exposto, percebemos que Galtung, ao criar o termo *peacebuilding*, contribuiu não só para os estudos sobre resolução de conflitos, conforme veremos a seguir, mas também para a evolução das Operações de Paz da ONU, que a partir do fim da Guerra Fria, passou não só a preocupar-se com a eliminação dos focos de violência direta, mas também daqueles relacionados à violência estrutural e cultural.

2.3 O MODELO TEÓRICO DE LEDERACH

A partir de 1990, um novo movimento, composto por distintos estudiosos da construção da paz, dentre eles, John Paul Lederach (1955-), inicia nova interpretação acerca do termo *peacebuilding*, ampliando seu entendimento para o que chamaram de *conflict transformation*⁵, no qual os processos de resolução dos conflitos passam a dar ênfase aos agentes locais (SCHIERENBECK, 2015).

Lederach (1997), diferentemente das teorias anteriores, concentra seus estudos na integração dos atores internos ao conflito. Enfatiza a necessidade de se conhecer os aspectos característicos de cada uma das partes conflitantes e estimula a participação representativa daqueles mais afetados em um conflito, que geralmente são ignorados no processo de construção da paz.

Sendo assim, concluímos que o termo “transformação do conflito” é uma evolução do conceito *peacebuilding*, de Johan Galtung (1930-), que agrega aos estudos sobre resolução dos conflitos a importância dos atores internos, seus fatores característicos e a representatividade.

2.3.1 Identificação dos atores internos e dos padrões de abordagem

Inserido em um contexto de conflitos do pós-Guerra Fria, onde as crises passaram a ser muito mais intraestatais do que entre Estados, Lederach (1997) desenvolve sua estrutura piramidal multinível, conforme observado na FIGURA 1⁶, em que podemos identificar três níveis de atores internos, bem como as ações a serem empreendidas por cada um deles.

⁵ Termo traduzido para o português como “transformação do conflito”.

⁶ Vide ANEXO A.

A construção da paz adotada por Lederach (1997) consiste de um processo aplicado sobre determinada estrutura social, com níveis de liderança distintos, em que, para seu sucesso, há de se buscar a integração das ações empreendidas.

Dado o exposto, observamos o quão é importante a participação de representantes dos diversos setores da sociedade envolvidos com um conflito, para que se possa coordenar ações em todos os níveis.

Em uma análise mais aprofundada da estrutura de Lederach, o nível 1, conhecido como *top-level*, trata de atores com grande visibilidade e que normalmente expressam o posicionamento oficial de um grupo ou sociedade. Estão entre eles os líderes políticos, religiosos e os militares de alta patente. Embora esse nível esteja muito associado ao monopólio do poder, Lederach (1997) adverte que em certos conflitos, como por exemplo na Somália (1993), não havia uma hierarquia bem definida, e líderes dos demais níveis possuíam visibilidade muito similar àquelas do nível 1. Nessas ocasiões, a participação e integração dos diversos setores da sociedade cresce de importância dentro do processo de construção da paz.

Os líderes do nível 2, chamados de *middle-range*, estão em um nível intermediário, que compreende atores com certa respeitabilidade nos meios sociais. Segundo Lederach (1997), os papéis de liderança nessa camada não se baseiam em poder político ou militar, mas na influência que seus líderes são capazes de exercerem em seus relacionamentos, comportando-se como verdadeiros elos de ligação entre os demais níveis.

Os atores do nível 3, denominados *grassroot*, compõem a base da sociedade e, no caso de um conflito, integram a parcela da população diretamente relacionada com o mesmo. A liderança aqui é local, compreendendo líderes de comunidades, organizações não-governamentais (ONG), tribos, clãs, movimentos ou grupos especiais, como de campos de refugiados (LEDERACH, 1997).

Complementarmente à identificação dos atores internos e seus níveis de liderança (estrutura), Lederach (1997) estabelece os processos ou abordagens, que compreendem um conjunto de ações a serem implementadas em cada nível de sua pirâmide. No nível 1, temos atividades características de uma abordagem do tipo *top-down*, em que acordos formais são estabelecidos junto às lideranças dos demais níveis e as decisões seguem um fluxo descendente. Conforme explica Lederach (1997), tal abordagem deve focar, primeiramente, em um acordo de cessar-fogo que possibilitará, futuramente, o desencadeamento de novas ações destinadas a solucionar as divergências que sustentam o conflito em determinada sociedade e que impedem a construção da paz.

No nível intermediário, temos uma abordagem do centro para as extremidades, também chamada de *middle-out*. Segundo Lederach (1997), as lideranças posicionadas neste nível, por meio de ações conciliadoras, possuem maior potencial para criar uma infraestrutura que possibilite sustentar o processo de construção da paz no longo prazo. Tal facilidade se dá pela proximidade com as lideranças dos outros dois níveis, sendo capaz de captar a realidade vivenciada pela população da base e intermediar seus anseios junto ao nível político.

E por fim, na base da pirâmide, identificamos as ações desenvolvidas junto às comunidades locais, conhecidas por sua abordagem *bottom-up*. Destacamos aqui as conferências locais, treinamento dos líderes comunitários, atividades de assistência aos mais necessitados, educação, capacitação profissional, fortalecimento de atitudes antipreconceituosas, antidiscriminatórias etc. Lederach (1997) ressalta que os líderes locais, por ocasião dos conflitos prolongados, devem prever estratégias voltadas para a satisfação das necessidades básicas da população afetada, que vive em estado de sobrevivência, com dificuldade de acesso à comida, hospitais, remédios, escola e outros. Diz, ainda, que uma liderança não compromissada com tal situação tende a adotar ações malsucedidas.

Analisando a estrutura piramidal de Lederach, verificamos que para um processo bem arquitetado de construção da paz, o papel dos atores internos nos três níveis identificados, representados por seus respectivos líderes, reveste-se de suma importância. Por meio do empreendimento de ações quase que simultâneas, são capazes de se relacionar entre si, criando uma infraestrutura mais solidificada, capaz de sustentar a paz no longo prazo.

2.3.2 Uma visão sistêmica

Demonstrada a relevância dos atores internos e das abordagens nos três níveis do modelo teórico de Lederach, passaremos a analisar a integração de suas ações dentro de uma visão sistêmica.

Quanto à tradicional gestão de conflitos, anterior ao modelo em estudo, Rahim (2002) critica sua forma de abordagem, alegando que não havia preocupação com os aspectos interpessoais e que as questões conflituosas eram tratadas de forma superficial, dentro de um nível micro do sistema, muitas das vezes procurando apenas eliminar o foco de violência direta. Lederach (1997), por sua vez, passa a defender uma abordagem mais ampla e sistêmica, focada no inter-relacionamento entre as partes e integração de suas ações. Visando dar sustentação a sua teoria, Lederach adota o modelo multiparadigma proposto por Marie Dugan (1996), cuja representação gráfica apresentamos na FIGURA 2⁷.

Dugan (1996), em seu artigo *A Nested Theory of Conflict*, identifica um dado conflito, interpessoal, familiar ou organizacional, como sintoma de um determinado sistema ou estrutura social mais abrangente. Diferentemente da prática tradicional de resolução dos conflitos que busca soluções para uma crise imediata sem, no entanto, preocupar-se com as desigualdades sociais, Dugan (1996) procura analisá-lo inserido no sistema. Para isso, ela

⁷ Vide ANEXO B.

apresenta quatro paradigmas interligados entre si, que sustentam a origem de um conflito dentro de uma sociedade.

Pelo primeiro, sua origem está inserida em “questões específicas” do próprio conflito, como por exemplo, uma disputa territorial ou uma simples divergência de opiniões. Dugan (1996) advoga que é a forma mais simples e frequente de se enxergar um conflito, e que pode ser distendido entre indivíduos ou grupos de variados tamanhos.

No nível seguinte, temos o “conflito relacional”, que como o próprio nome já diz, emerge de problemas relacionados ao padrão de relacionamento entre as partes conflitantes. Dugan (1996) cita como exemplo um Estado que tenha deixado de assinar um acordo comercial bilateral por conta de desavenças políticas durante uma visita entre governos. Aqui, não adianta combater a “questão específica” do conflito. Como no exemplo anterior, por mais que se alcançasse, posteriormente, a assinatura do acordo bilateral, tal fato não apagaria os ressentimentos gerados pela desavença política.

Em níveis mais elevados, apresentam-se seus paradigmas do “sistema” e “subsistema”. No primeiro, os conflitos emergem de desigualdades dentro do sistema social. Dugan (1996) cita o racismo como questão profundamente enraizada em várias sociedades, tendo sido tal tema, inclusive, o combustível gerador de sua teoria que aqui descrevemos. Após analisar um conflito entre jovens negros e brancos de uma universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos da América (EUA), assentado em ressentimentos históricos, relacionados à Bandeira dos Estados Confederados da América⁸, por mais que um mediador fosse capaz de apaziguar os ânimos naquele momento de discussão, inclusive alcançando bons resultados no relacionamento pessoal entre os grupos, Dugan (1996) destacou que o conflito estrutural ou sistêmico permaneceria.

⁸ Símbolo adotado pela “Confederação” (união política entre sete Estados do sul dos EUA) durante a Guerra Civil Norte-americana (1861-1865).

Quanto ao “subsistema”, a autora o descreve como o reflexo das questões inerentes ao “sistema”, estando seus conflitos presentes em diversas camadas da sociedade. É nesse nível que, segundo Dugan (1996), encontram-se as maiores oportunidades para soluções de crise, tendo seus agentes possibilidades de coordenar e integrar ações, tanto no nível político, quanto no nível comunitário, enfrentando simultaneamente o conflito originário de “questões específicas”, do “conflito relacional” e do “sistema”. Lederach (1997) associa o “subsistema” ao nível intermediário de sua pirâmide, criando desta forma, as bases para o bom relacionamento entre os demais níveis.

2.3.3 Dimensão temporal do processo de transformação do conflito

Inspirado no trabalho *Making Peace* do acadêmico britânico Charles Thomas William Curle (1916-2006), no qual o autor admite um dinamismo ao conflito e seu processo de resolução, Lederach acrescenta uma variável temporal ao seu modelo teórico.

Em seus estudos sobre a paz, Curle (1971) apresenta quatro estágios por meio dos quais os conflitos se desenvolvem, bem como a intervenção necessária para cada um deles, conforme representado no modelo da FIGURA 3⁹. Baseado em tal evolução, Lederach (1997) alcança distribuir no tempo, ações que julgou necessárias ao processo de transformação do conflito, vide FIGURA 4¹⁰. Essa tipologia apresenta conjuntos representativos de atividades que executadas a curto, médio e longo prazo, possibilitarão a construção da paz. Conjugando-a com a visão sistêmica apresentada anteriormente, vemos que Lederach integra tais ações no tempo, conforme se observa na FIGURA 4, criando uma espécie de dependência entre elas, onde a ineficiência, por exemplo, da “intervenção na crise” ou das atividades de “preparação e treinamento”, pode afetar o desenvolvimento das “mudanças sociais” ou do “futuro desejado”.

⁹ Vide ANEXO C.

¹⁰ Vide ANEXO D.

2.3.4 Modelo integrado da visão sistêmica e da dimensão temporal

Apoiado na teoria sistêmica de Dugan (1945-) e nos estudos de Curle (1916-2006) sobre a evolução temporal do conflito, Lederach (1955-) cria sua estrutura integrada de construção da paz, apresentada na FIGURA 5¹¹. Por meio dessa concepção, o autor sugere cinco conjuntos de atividades, dessa vez distribuídos em dois eixos (nível de resposta e dimensão temporal), que devem ser tratados em qualquer processo de transformação do conflito: gestão da crise, raízes do conflito, prevenção, visão e transformação.

A “gestão da crise” procura desenvolver ações imediatas para conter os focos de violência direta e trazer dignidade àqueles que mais sofrem com a contenda. Nessa etapa, os atores envolvidos com o processo de resolução não buscam uma análise aprofundada sobre as causas do conflito, mas tão somente cessar com seus efeitos sobre a população afetada. Ainda no curto prazo, porém com um tempo relativamente mais esparso que o da “gestão da crise”, estão as “raízes do conflito”, como um conjunto de atividades voltadas, aqui sim, para compreensão e ataque às causas que originaram o embate. Ao realizar a análise estrutural, Lederach (1997) aconselha que os atores engajados em tais atividades conservem boa capacidade de observação dos fenômenos sociais para a correta interpretação de diagnósticos.

No longo prazo, temos a “prevenção” e a “visão”. A primeira, preocupa-se em adotar medidas específicas que evitem o retorno da crise. Atuando junto às comunidades locais afetadas, o que se busca é a permanência do nível de satisfação e o controle de potenciais eventos geradores de novos atos de violência direta. Segundo Lederach (1997), ter canais abertos para o diálogo auxilia na prevenção. A “visão”, por sua vez, cria expectativas mais amplas de futuro que permitirão à convivência pacífica entre as partes conflitantes. Lederach (1997) cita, entre outras medidas, a reestruturação política e social.

¹¹ Vide ANEXO E.

Por fim, entre os conjuntos de atividades anteriormente citados, encontra-se a “transformação”, que de acordo com Lederach (1997), questiona quais são os caminhos a serem trilhados para se sair da crise em direção à mudança desejada. Ele associa, ainda, tais ações aos *middle-range* de sua pirâmide multinível, pois crê possuírem maior capacidade de integração entre as atividades relacionadas às “raízes do conflito” e as de “gestão da crise” e “prevenção”.

Face ao exposto, concluímos que o modelo teórico de “transformação do conflito” adotado por Lederach apresenta fatores que o credenciam à análise que se espera neste estudo. O processo de resolução de um conflito focado nos agentes locais e sua estrutura integrada de construção da paz nos permitirão uma melhor compreensão dos aspectos inerentes ao Programa de Anistia implementado pelo governo nigeriano, a partir do ano de 2009, para o fim da crise no Delta do Níger, possibilitando apontar, inclusive, oportunidades de melhoria.

Antes disso, faz-se mister identificar as causas do conflito entre os agentes locais, o que será feito no próximo capítulo.

3 A CRISE NA REGIÃO DO DELTA DO NÍGER

Este capítulo tem por propósito expor as principais causas da crise na região do Delta do Níger¹², apresentada na FIGURA 6¹³, que levaram ao aumento da violência nas comunidades locais e produziram efeitos negativos na economia nigeriana, a fim de facilitar a compreensão das razões que conduziram o governo federal a adotar o Programa de Anistia como processo de resolução dos conflitos. Para tal, analisaremos, primeiramente, alguns aspectos¹⁴ atrelados ao período colonial que facilitarão o entendimento seguinte, quando abordaremos fatores¹⁵ políticos, étnicos, econômicos e socioambientais que contribuíram para as agitações na região, os quais por vezes nos referiremos como causas. Por fim, apresentaremos as principais ocorrências concorrentes para a crise no Delta do Níger.

3.1 ASPECTOS DO PERÍODO COLONIAL

A análise de uma região pela sua perspectiva histórica, auxilia na compreensão dos fatores que contribuem para uma determinada crise. Dessa forma, julgamos que a investigação de fatos passados, prévios à criação do Estado nigeriano, nos ajudarão a melhor entender as agitações presentes na região do Delta do Níger. Para isso, abordaremos o período colonial sob dois enfoques: a partir de 1650, para analisá-lo apenas quanto ao aspecto econômico; e, a partir da Conferência de Berlim (1884-1885), para investigá-lo sob os prismas político e social.

¹² Região ao sul da Nigéria, composta por nove Estados produtores de petróleo (Abia, Akwa Ibom, Bayelsa, Cross River, Delta, Edo, Imo, Ondo e Rivers), abrange uma área total de cerca de 75.000 km² e 185 governos locais (UNDP, 2006).

¹³ Vide ANEXO F.

¹⁴ Apresentado, neste capítulo, como cada uma das formas por meio das quais algo pode ser entendido ou explicado; ângulo de vista. Os aspectos aqui analisados contribuirão para o entendimento, o “porquê” dos fatores políticos, étnicos, econômicos e socioambientais que desenvolveremos ao longo do estudo do período pós-colonial (<https://www.dicio.com.br/aspecto/>).

¹⁵ Apresentado, neste capítulo, como qualquer elemento que contribua para a obtenção de um resultado, que neste trabalho será a crise na região do Delta do Níger (<https://www.dicio.com.br/fatores/>).

A região do Delta do Níger, desde a época colonial, foi fundamental para a penetração, o avanço e a consolidação dos interesses britânicos na Nigéria, por meio do desenvolvimento de atividades missionárias, comerciais e consulares (FALOLA e HEATON, 2008).

Entre os anos de 1650 e 1800, estima-se que cerca de 24% dos escravos enviados ao continente americano eram provenientes daquela região. Com a proibição de sua venda pelos britânicos, a partir de 1807, inicia-se uma fase mais ancorada na exploração de produtos agrícolas e animais, passando o comércio de matéria-prima a ser a base da economia colonial. Dentre as mercadorias extraídas da região e exportadas à metrópole, destacou-se o óleo de palma, seguido por outros recursos, como o cacau, a borracha, o caju e o algodão (ABAL e CASADO, 2017).

Pelo aspecto econômico, observamos que desde os primórdios da colonização britânica, a região do Delta do Níger desperta o interesse pela exploração de seus recursos. Tal fato, conforme veremos ao longo deste capítulo, veio mostrando-se financeiramente benéfico apenas para uma minoria e convertendo-se em fator de instabilidade para toda a região.

Outro aspecto a ser considerado ao debruçarmo-nos sobre quaisquer das regiões nigerianas para um estudo mais aprofundado, é o social. Com relação a tal aspecto, focaremos somente na divergência étnica que se fez sentir dentro dos Estados do Delta do Níger, principalmente após a partilha da África, por ocasião da Conferência de Berlim (1884-1885), quando os limites das colônias europeias foram traçados.

A Nigéria conta com mais de 200 grupos étnico-linguísticos, destacando-se os *Hausa* ao norte, representando 21% da população, os *Yorubas* à sudoeste, com 20%, e os *Igbos* à sudeste, com cerca de 17%. Entre outras etnias expressivas, temos os *Fulani* nas savanas do

norte e os *Ijaw* ou *Ijo* na região do Delta do Níger (FALOLA e HEATON, 2008). Esses grupos podem ser observados na FIGURA 7¹⁶.

A administração britânica, durante a época colonial, encontrou maiores dificuldades em governar os enclaves étnicos da região sul, devido à grande diversidade étnica que se fazia presente. Nas palavras de Moruku (2012),

Enquanto as instituições tradicionais de governo dos enclaves étnicos Hausa-Fulani eram preservadas, respeitadas, incentivadas e faziam parte do aparato do governo colonial (como os britânicos as usavam no sistema de governo indireto), os britânicos desmantelavam os enclaves étnicos do Delta do Níger. Em particular, a administração colonial britânica depôs, deportou e humilhou o rei Jaja, de Opobo, o rei William Dappa Pepple, de Bonny, Oba Ovonranwen Nogbaisi, do Reino do Benin e Nana Olomu, de Itsekiri. Os ataques a esses reinos foram realizados com atos de massacre e pilhagem (MORUKU, 2012, p. 888, tradução nossa).¹⁷

Nota-se que a região vem sendo marcada por conflitos que remontam à época colonial, onde movimentos de resistência, representados em grande parte por minorias étnicas, já se faziam presentes contra uma administração estrangeira, interessada apenas na exploração de suas riquezas.

Conforme registra Moruku (2012), o Reino Unido marginalizou e entregou o Delta do Níger à grupos étnicos dominantes por ocasião do processo de criação do Estado nigeriano. Na luta contra a potência europeia, as resistências minoritárias uniam-se às etnias mais expressivas, abrindo mão de sua soberania, identidade e cultura, mas em prol da libertação colonial e independência político-econômica.

Essa união em favor da construção do Estado, como veremos mais adiante, trará como consequência a violência estrutural e cultural pregada por Galtung¹⁸ (1930-), devido à inabilidade das classes governantes em administrar um Estado multiétnico.

¹⁶ Vide ANEXO G.

¹⁷ Tradução do original em inglês: “While the traditional rulership institutions of the Hausa-Fulani ethnic enclaves were preserved, respected, encouraged, and made part of the apparatus of the colonial government (as the British used them in the indirect rule system), the British actually dismantled those of the Niger Delta ethnic enclaves. In particular, the British colonial administration deposed, deported, and humiliated King Jaja (Jubo Jubogha) of Opobo, King William Dappa Pepple (Perekole) of Bonny, Oba Ovonranwen Nogbaisi of the Benin Kingdom, and Nana Olomu of Itsekiri. The raids on these kingdoms were accomplished with acts of massacre and pillage.”

¹⁸ Vide capítulo 2.

E por fim, dentro do aspecto político, ressalta analisar a influência britânica sobre as elites nigerianas.

Após alcançar a unificação dos protetorados do norte¹⁹ e do sul²⁰, em 1914, os quais podemos observar pela FIGURA 8²¹, o Reino Unido passa a administrar a colônia nigeriana por meio de um sistema denominado “governo indireto”²², cujos objetivos eram o de beneficiar a economia do Estado britânico e ampliar o nível civilizatório das raças indígenas presentes na Nigéria. Tal forma de governo preservava as instituições políticas nigerianas, garantindo poderes aos seus líderes. Entretanto, seus governantes se submetiam à autoridade de uma administração britânica central, que os substituía de acordo aos interesses do colonizador (FALOLA e HEATON, 2008).

A Grande Depressão (1929) e a consequente queda nos preços das exportações criaram o ambiente para o aparecimento dos primeiros movimentos nacionalistas nigerianos. Surge uma classe esclarecida, constituída majoritariamente por estudantes formados nas escolas europeias, que se opõe à governança exploratória da administração central, exige maiores investimentos em infraestrutura e educação, além de promover uma certa união entre os diversos grupos étnicos (FALOLA e HEATON, 2008). Com o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e o consequente enfraquecimento das potências europeias, os movimentos nacionalistas robusteceram, vindo a Nigéria a alcançar sua independência em 1º de outubro de 1960.

¹⁹ Chamado de *Northern Nigeria Protectorate*, foi um protetorado britânico que cobriu a parte norte da atual Nigéria, no período de 1900 a 1914 (FALOLA e HEATON, 2008).

²⁰ Chamado, inicialmente, de *Southern Nigeria Protectorate*, foi um protetorado britânico, formado em 1900, que, a partir da inclusão da colônia de Lagos, em 1906, passou a denominar-se *Colony and Protectorate of Southern Nigeria*. Durou até 1914 (FALOLA e HEATON, 2008).

²¹ Vide ANEXO H.

²² Foi como o *Sir Frederick Lugard* (1858-1945), primeiro governador geral da Nigéria (1914 a 1919) após a união dos seus protetorados norte e sul, descreveu em seu livro *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, o sistema administrativo no qual os britânicos governavam suas coloniais por meio do estabelecimento de governos locais (FALOLA e HEATON, 2008).

Embora tivesse ocorrido a união do país na busca do ideal nacionalista, pondo fim à dominação política e exploração econômica por parte do Reino Unido, a Nigéria continuou fragmentada mesmo após sua independência, sendo governada de acordo com os interesses das etnias dominantes, baseados na obtenção de poder e riqueza.

Moruku (2012) afirma que os britânicos prepararam os burocratas nigerianos para que governassem segundo os legados administrativos e econômicos perpetrados pelo antigo governo central colonial. Dessa forma, acrescenta que os líderes da região do Delta do Níger, principalmente, foram vítimas do que ele chamou de “lógica da substituição”, uma vez que a transgressão ao colonialismo clássico na forma de nacionalismo anticolonial na Nigéria, nada mais serviu do que para reencená-lo pela imposição aos seus habitantes de uma variante do colonialismo britânico ao qual se opuseram veemente.

3.2 AS CAUSAS DA CRISE

Com base nos aspectos analisados anteriormente, referentes ao período colonial, buscaremos a partir de agora, dentro de uma ordem cronológica dos fatos, identificar fatores políticos, étnicos, econômicos e socioambientais observados durante os governos civis (1960-1966; 1979-1983; e 1999-) e militares (1966-1979; e 1983-1999) que se seguiram na Nigéria após sua independência e que alimentaram a crise na região.

A descoberta de reservas petrolíferas no Delta do Níger, em 1956, e sua exploração à nível comercial a partir de 1958, contribuíram para a construção do Estado nigeriano. A partir de 1970, com o *boom* do petróleo, a *commodity* adquire status de principal recurso do país, representando cerca de 90% das exportações e 75% de seu produto interno bruto, e confere papel de destaque à região na economia do país. Em 1974, a Nigéria esteve entre os seis maiores produtores de petróleo bruto do mundo (FALOLA e HEATON, 2008).

A década de 1960 foi de esperanças e expectativas para o povo nigeriano. Contudo, não tardou para que o governo da primeira república (1960-1966) mostrasse sinais de corrupção e tendências não democráticas, que culminariam com eleições fraudulentas em 1964 e 1965. Devido ao alto nível de tensão em todo o país, em 1966 se instala o primeiro governo militar (1966-1979), que não foi suficiente para evitar a guerra civil nigeriana (1967-1970), também conhecida como Guerra do Biafra, quando a região dominada por povos Igbo se separou, declarando a soberania do Estado Independente de Biafra²³ (FALOLA e HEATON, 2008).

A FIGURA 9²⁴ mostra o espaço ocupado pelo território independente. Luz (2016) ressalta que a área correspondente ao recém-Estado do Biafra, continha cerca de 67% das reservas petrolíferas nigerianas, não sendo interessante ao governo federal perdê-la.

Em fevereiro de 1966, dez anos depois da descoberta de petróleo na região do Delta do Níger e um ano antes da guerra civil nigeriana, ainda tivemos a rebelião dos doze dias, quando o ativista Isaac Boro (1939-1968), de etnia Ijaw, declarou a independência da República do Delta do Níger. As motivações para o conflito foram a exclusão política que vinha sendo adotada pelo governo federal com relação à região e o controle sobre a exploração do petróleo localizado nas reservas do Delta do Níger (ABAL e CASADO, 2017).

Quanto aos dois episódios citados, tanto a rebelião de Boro, em 1966, foi contida, como o Estado Independente de Biafra, em 1970, foi reincorporado, após conflitos com o governo federal. Cabe ressaltar que ambas as contendas levadas a cabo na região sul do país, envolveram causas políticas, étnico-religiosas e econômicas, em que de um lado tínhamos governos corruptos e autoritários, e do outro, grupos étnicos de menor expressão (Igbo e Ijaw)

²³ Região localizada à sudeste do Estado nigeriano e que englobava algumas províncias da atual região do Delta do Níger.

²⁴ Vide ANEXO I.

interessados no poder e riqueza de sua região. Embora a disputa por poder na Nigéria também envolvesse questões religiosas, não entramos nessa questão pelo espaço destinado ao trabalho.

As lideranças nigerianas que conduziram o processo de independência do país, optaram por manter as fronteiras do período colonial e adotaram a forma de república federativa para sua governança. Com isso, subordinados ao Estado, coexistiam três regiões: Norte, Sudoeste e Sudeste. Já em 1967, com o primeiro governo militar, houve a divisão do país em 12 Estados, vindo a partir de então, o incremento de tal divisão, surgir como uma prática da política nigeriana: 19 Estados em 1976; 21, em 1987; 30, em 1991; e 36, desde 1996 (FALOLA e HEATON, 2008).

Segundo opiniões de analistas do *International Crisis Group* (ICG), o aumento do número de Estados, ao justificar pleitos de grupos étnicos minoritários, intencionou debilitar os mesmos, diluindo o poder regional, evitando novas tentativas de secção e dotando o governo federal de maior controle sobre os recursos (ICG, 2006).

Durante a segunda república (1979-1983), após o crescimento vertiginoso das receitas nigerianas oriundas da exploração petrolífera na região do Delta do Níger, a Nigéria tornou-se um Estado “rentista”, dependendo quase que exclusivamente das multinacionais estrangeiras para financiar suas iniciativas estatais. Com a maior parte dos fundos governamentais advindos do pagamento das licenças para exploração e dos *royalties* das empresas de petróleo, o governo teve pouco incentivo para administrar o país em prol dos interesses de seus cidadãos, cujos pagamentos de impostos representavam pequena parcela dos créditos estatais (FALOLA e HEATON, 2008).

Com o país profundamente dividido por questões étnicas, entre uma infinidade de grupos presentes, além das divergências religiosas entre o norte e o sul que não entraremos no mérito neste trabalho, o fato de possuir uma economia extremamente dependente do petróleo conduziu seus governantes a buscarem maior controle sobre a exploração da *commodity*, de

forma a manterem-se no poder. Tal visão vêm desencadeando elevada corrupção no país, que reflete no descaso com o desenvolvimento da região do Delta do Níger.

Corroborando com o descaso acima, Rowell (1994, p. 14, tradução nossa) relata que um engenheiro de petróleo britânico ao visitar Oloibiri, uma cidade petrolífera da Nigéria, em 1990, comentou: “Eu explorei petróleo na Venezuela, explorei petróleo no Kuwait, nunca vi uma cidade rica em petróleo tão completamente empobrecida quanto Oloibiri”²⁵.

Uma outra política associada à economia petrolífera é a distribuição desigual das receitas advindas do setor. Segundo Watts (2004), o que se observou na Nigéria, à medida que as receitas do petróleo cresciam, foi um maior centralismo fiscal.

Falola e Heaton (2008) afirmaram que em 1970, apenas 55% era revertido para os cofres do governo federal, sendo os outros 45% repartido entre os Estados produtores, seguindo o “princípio da derivação”²⁶. A partir de 1979, 100% da receita passa à União, que direciona 3% para o desenvolvimento de toda a região do Delta do Níger. Diante dessa marginalização, cresce o senso de injustiça entre as comunidades produtoras, que reivindicam maiores repasses à região.

Com a expansão da atividade petrolífera ao longo da década de 1970, outra questão que emerge e afeta severamente o modo de vida das comunidades do Delta do Níger é a poluição do meio ambiente. Estima-se que cerca de dois milhões de toneladas de petróleo tenham contaminado os ecossistemas da região, desde o início da atividade, em 1956 (ABAL e CASADO, 2017). Em 2011, um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)²⁷ sugeriu que as terras afetadas poderiam ser limpas em torno de cinco

²⁵ Original em inglês: “I have explored for oil in Venezuela, I have explored for oil in Kuwait, I have never seen an oil-rich town as completely impoverished as Oloibiri”.

²⁶ Princípio por meio do qual a alocação da receita do petróleo por Estados baseia-se na quantidade produzida por cada um.

²⁷ *United Nations Environment Programme* (UNEP). Agência das Nações Unidas responsável por promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (UNEP, 2020).

anos, enquanto que a recuperação dos manguezais, levariam mais de 30 anos (ICG, 2015). Falola e Heaton (2008) destacaram que a pesca, atividade de sustento de muitas das famílias que vivem nas áreas costeiras da Nigéria, é muito prejudicada pela poluição dos espaços aquíferos da região do Delta do Níger.

Segundo Abal e Casado (2017), desde 1990, a prática contínua da queima de gás²⁸ pelas indústrias petrolíferas veio somar-se entre os agentes poluidores. Essa técnica introduz na atmosfera poluentes tóxicos, como o dióxido de enxofre, que podem levar a problemas ambientais como a chuva ácida, bem como a geração de gases do efeito estufa que contribuem para as mudanças climáticas globais.

Uma pesquisa conduzida pelo Projeto “Direitos Humanos e Tecnologias Geoespaciais” da *American Association for the Advancement of Science (AAAS)*, no período de 2000 a 2010, constatou que, além de questões relacionadas à saúde, a queima de gás natural na região petrolífera está associada ao aumento das temperaturas e à redução das colheitas (AAAS, 2011).

A falta de comprometimento das empresas petrolíferas com as questões ambientais e a despreocupação do Estado com o desenvolvimento do Delta do Níger, tem despertado crescente insatisfação entre as minorias étnicas da região, que veem deterioradas suas condições de sobrevivência.

3.3 A CRISE INSTALADA

Após apresentarmos os principais fatores políticos, étnicos, econômicos e socioambientais da crise, passaremos a expor sobre as agitações ocorridas na região do Delta

²⁸ Técnica na qual o gás natural associado à extração do petróleo é queimado na atmosfera, ao invés de ser removido por meios alternativos, como re-injeção subterrânea ou confinamento em tanques de armazenamento para eventual venda (AAAS, 2011).

do Níger e a formação de grupos milicianos que, por meio de práticas ilícitas, promoveram a instabilidade na região e os impactos negativos sobre a economia do petróleo.

O segundo período de governos militares (1983–1999), ao término da segunda república (1979-1983), anunciou uma Nigéria implicada com as mesmas questões já apresentadas, além de um aumento significativo de autoritarismo. Contudo, a maioria dos nigerianos passaram a tolerar, cada vez menos, regimes que não governavam em prol dos interesses de seus cidadãos (FALOLA e HEATON, 2008).

Proliferam nesse período organizações da sociedade civil, como por exemplo, Organizações Religiosas, Organizações Pró-democracia e, especificamente no Delta do Níger, grupos organizados, política e militantemente. A partir da década de 1990, aumenta a violência na região, quando as minorias étnicas passam a exigir por maior controle sobre as receitas do petróleo e a proteção do meio ambiente por conta da poluição gerada pela falta de regulação das empresas (FALOLA e HEATON, 2008).

Em 1992, foi criado o *Movement for the Survival of the Ogoni People* (MOSOP)²⁹ que, pelo fim trágico de alguns de seus integrantes, incentivou a formação de outras manifestações na região do Delta do Níger. Liderados pelo ativista Ken Saro-Wiwa (1941-1995), preocupavam-se com a extinção da *Ogoniland*³⁰ e protestavam contra as injustiças provenientes do governo federal e das empresas petrolíferas. Combatendo o estado de negligência, exigiam o direito de administrar seus próprios assuntos políticos, usufruir de parcela justa dos recursos econômicos oriundos da exploração de suas terras, e proteger o ambiente Ogoni contra novas degradações (AJODO-ADEBANJOKO e OJUA, 2013).

A condenação à morte por enforcamento de Saro-Wiwa e outros oito ativistas Ogoni, em 1995, despertou a atenção de outras minorias étnicas da região, desencadeando

²⁹ Podemos traduzir como “Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni.”.

³⁰ Região habitada pela minoria étnica Ogoni. Situa-se no *Rivers State*, Delta do Níger. É a 5ª maior comunidade produtora de petróleo da Nigéria (AJODO-ADEBANJOKO e OJUA, 2013).

novos protestos pelo Delta do Níger. Em dezembro de 1998, surgiu o *Ijaw Youth Council* (IYC)³¹ que exigia a suspensão das operações petrolíferas e a retirada das empresas de seus territórios. Em 1999, a declaração de Urhobo demonstrava a insatisfação daquele povo quanto à exploração de suas terras e exigia o retorno do “princípio da derivação” para a divisão das receitas. No dia 25 de junho do mesmo ano, a população Oron protestava contra a poluição de suas águas (AJODO-ADEBANJOKO e OJUA, 2013).

Com o término do governo militar, em 1999 e a criação da *Niger Delta Development Commission* (NDDC)³² pelo governo do então presidente Olusegun Obasanjo (1937-), em 2000, os levantes na região diminuíram, vindo a retornar em 2004, na versão mais violenta dos protestos (AJODO-ADEBANJOKO e OJUA, 2013).

A repressão do governo militar aos movimentos pacíficos desencadeados na região do Delta do Níger, durante a década de 1990, fez aumentar a insatisfação nas comunidades produtoras que se sentiam ainda mais injustiçadas, tendo como resultado, no início do século XXI, a formação dos grupos armados, pensado como única via para a resolução dos problemas da região.

Entre os principais grupos armados, temos o *Niger Delta People's Volunteer Force* (NDPVF)³³ e o *Niger Delta Vigilante* (NDV)³⁴, ambos de origem Ijaw, surgidos em 2004, no *Rivers State*. Pregavam maior representatividade política e controle sobre os recursos petrolíferos das comunidades ribeirinhas ao sul de *Port Harcourt*³⁵, vindo a rivalizarem-se, por vezes, por conta desse controle. Declarando guerra às empresas do petróleo, ordenaram que

³¹ Podemos traduzir como “Conselho da Juventude de Ijaw”.

³² Podemos traduzir como “Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger”. Como o próprio nome diz, seu objetivo principal era buscar o desenvolvimento da região do Delta do Níger (AJODO-ADEBANJOKO e OJUA, 2013).

³³ Podemos traduzir como “Força de Voluntariados Popular do Delta do Níger”. Fundado em 2004, por Alhaji Mujahid Dokubo-Asari (1964-), ex-presidente do *Ijaw Youth Council* (ICG, 2006).

³⁴ Podemos traduzir como “Vigilantes do Delta do Níger”.

³⁵ Capital e maior cidade do *Rivers State*. Concentrando grande parcela das empresas petrolíferas da região do Delta do Níger, é o maior centro industrial da Nigéria (ICG, 2006).

todas encerrassem suas atividades até 1º de outubro de 2004, sob ameaça de iniciarem com operações de guerrilha. Tal intimidação gerou pânico no mercado internacional de petróleo, elevando o preço do barril para US \$ 50, um recorde à época (ASUNI, 2009).

O alarme soou em Abuja, capital nigeriana, sendo necessária a intervenção do presidente Obasanjo (1937-), que convocou os líderes dos dois grupos milicianos para algumas reuniões, alcançando um acordo de paz baseado no desarmamento e desmobilização de ambos os grupos armados, no final de 2004 (ICG, 2006).

A euforia alcançada por essa primeira tentativa de anistia concedida aos militantes da região e a esperança por um futuro melhor às comunidades Ijaw, rapidamente foram substituídas por revolta e ressentimento. Conforme relata Asuni (2009), a desmobilização foi utilizada para fins políticos e enriquecimento de poucos líderes dos movimentos, permanecendo os demais militantes sem emprego e na extrema pobreza.

A traição do governo federal e de alguns líderes do NDPVF e do NDV, levaram ao surgimento de outros grupos armados na região, como o *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND)³⁶, mais conhecido internacionalmente. Sob a mesma alegação de maior controle sobre os recursos petrolíferos, em 2006, os novos movimentos iniciaram uma fase de atividades ilícitas, repercutindo negativamente na economia do país, que teve sua produção de hidrocarbonetos reduzida em cerca de 25% (ICG, 2006).

A partir daquele momento, cresceu o número de casos de pirataria em águas internacionais e de roubo armado em águas jurisdicionais nigerianas, envolvendo o abastecimento ilegal de navios tanques, furto de carga e sequestro de petroleiros com suas tripulações. Somou-se a isso, os ataques às instalações em terra das companhias petrolíferas, o

³⁶ Podemos traduzir como “Movimento para a Emancipação do Delta do Níger”. Se definem como um grupo *Pan Niger Delta*, composto por etnias Ijaw, Urhobo, Itsekiri, entre outras da região. Foi o maior grupo militante do Delta do Níger no período de 2006 a 2009 (ASUNI, 2009).

desvio de óleo direto dos oleodutos, além de outras práticas ilícitas como tráfico de armas e drogas (ICG, 2006).

Todas essas atividades, além de auto financiá-las, criavam um ciclo vicioso, envolvendo militares, funcionários do governo e das empresas petrolíferas, que passaram a lucrar e dar guarida aos grupos militantes em suas contendas. Asuni (2009) relata que oficiais de alta patente e governantes se beneficiavam financeiramente com os roubos milionários e, estes últimos, costumavam se aproveitar dos mesmos para desestabilizar adversários políticos. Representantes das companhias, por sua vez, remuneravam militantes para que garantissem a segurança de suas instalações e embarcações de interesse.

Por outro lado, a disponibilidade de armas de pequeno porte entre as comunidades do Delta do Níger, o desemprego e a insatisfação generalizada, possibilitavam um campo fértil para o recrutamento. Asuni (2009) descreveu que a militarização da região e a corrupção dos soldados, que tentavam tirar proveito das atividades ilícitas, encorajou alguns grupos militantes a embarcarem em uma campanha de recrutamento e expansão de seus arsenais. Com isso, alguns deles passaram a possuir campos de treinamento, onde adestravam os novos recrutas nas técnicas de manuseio de armamentos e naquelas a serem empregadas em suas ações.

Face ao exposto, percebemos que a política nigeriana após a construção do Estado, em 1960, foi influenciada por aspectos políticos, econômicos e sociais do período colonial. Práticas como o aumento do número de Estados e políticas de centralismo fiscal, além da corrupção enraizada, foram empreendidas com o intuito de maior controle sobre os recursos petrolíferos da região e a permanência das elites no poder. A administração de um Estado “rentista”, extremamente dependente das receitas oriundas da exploração do petróleo, levou ao descaso com o desenvolvimento do Delta do Níger que só contribuía com a receita da União por meio da arrecadação de impostos. E, por fim, a poluição dos ambientes naturais, após a expansão das atividades petrolíferas na região, fez aumentar a insatisfação na região, frente ao

descaso das companhias petrolíferas. Todas essas causas estiveram por detrás das agitações presentes na região, a partir da década de 1990, constituindo-se como “raízes do conflito”, segundo o modelo teórico de Lederach.

No próximo capítulo, trataremos do Programa de Anistia Presidencial que foi implementado pelo governo nigeriano, a partir de 2009, para pôr fim à crise instalada na região do Delta do Níger.

4 PROGRAMA DE ANISTIA COMO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

O propósito deste capítulo é descrever o Programa de Anistia implementado pelo governo nigeriano, a partir de 2009, bem como as principais ações desenvolvidas dentro do seu contexto, até o ano de 2018, quando houve mudança na gerência do programa, e analisá-los segundo o modelo teórico de John Paul Lederach³⁷ (1955-). Por meio desta “lente” teórica, espera-se identificar as questões abordadas pelos atores locais durante o processo de transformação do conflito, bem como as lacunas, ou aspectos não abordados, mas com potencial para comprometer a construção da paz no longo prazo.

No último subitem deste capítulo, aportaremos propostas de novas ações a serem empreendidas junto ao programa, com base na teoria de Lederach, não apenas como forma de contribuição para o seu aperfeiçoamento, mas também para orientação dos contingentes de tropas e observadores militares brasileiros que participam de missões de paz da ONU.

4.1 O PROGRAMA DE ANISTIA PRESIDENCIAL DE 2009

A palavra anistia pode ser compreendida como esquecimento e é derivada da palavra grega amnésia. Esquecer a esse respeito é considerado perdão, fundamental para um processo de reconciliação. O perdão como estratégia abrange, tanto o esquecimento, quanto o perdão em si, de crimes cometidos por um indivíduo contra o Estado, grupo ou outro indivíduo, originados de um conflito (GERHARD, 2006).

Para Slye (2002), anistia significa esquecer um crime que foi cometido, enquanto o objetivo do perdão é isentar a pessoa a quem é concedida punição prescrita em lei.

Para as nossas análises, consideraremos anistia segundo o conceito exposto por

³⁷ Vide capítulo 2.

Gerhard, com significado estratégico mais amplo da palavra, abrangendo o esquecimento e também o perdão daqueles que já tenham sido condenados por seus crimes, mostrando coerência com o previsto na constituição nigeriana de 1999, como veremos mais a diante.

Anistia, no contexto de um Estado, pode ser empregada como uma ferramenta política, um plano a ser adotado para resolução de uma guerra ou conflito. É entendida como ato de graça pelo qual o poder supremo restaura aqueles que se envolveram em crimes contra o país, considerando-os pessoas inocentes (ADEROGBA, 2016). Segundo Ogege (2011), a anistia é uma política estratégica adotada por governos estaduais ou federais para perdoar formalmente infratores da lei, na forma de clemência legislativa ou executiva.

Pelo exposto, observa-se que um plano ou programa de anistia pode ser entendido como uma ferramenta à disposição do Estado para a resolução de uma crise ou conflito, trazendo benefícios à política econômica e social de um país, bem como aos supostos criminosos, que serão perdoados por seus atos criminosos, além de reduzir a insegurança que tanto afeta as comunidades diretamente envolvidas na contenda.

Segundo o *Office of the Special Adviser to the President on Niger Delta* (OSAPND)³⁸, o Programa de Anistia Presidencial (PAP), como ficou conhecido, foi proclamado no dia 11 de julho de 2009, pelo então presidente nigeriano Umaru Musa Yar'Adua (1951-2010). Concedia anistia às pessoas do Delta do Níger que participaram direta ou indiretamente da prática de crimes associados às atividades militantes, desde que depusessem as armas e assinassem um Termo de Renúncia à Militância (OSAPND, 2018).

A anistia foi concedida de acordo com o previsto no subitem a, item 1, da seção 175 da Constituição da República Federativa da Nigéria ([1999], p. 52, tradução nossa), que estabelece que: "o Presidente pode conceder a qualquer pessoa interessada ou condenada por

³⁸ Podemos traduzir como "Gabinete do Assessor Especial do Presidente para o Delta do Níger". Iniciativa do governo do ex-presidente Yar'Adua, foi criada para resolver os distúrbios na região do Delta do Níger, reintegrando os "agitadores" de volta à sociedade. Atua como Coordenador do Programa de Anistia Presidencial, sendo denominado também como Coordinator of the Presidential Amnesty Programme - CPAP (OSAPND, 2018).

qualquer ofensa criada por uma lei da Assembléia Nacional, o perdão, livre ou sujeito a condições legais”³⁹.

O programa estabeleceu uma “declaração de visão”⁴⁰ e adotou como objetivo a estabilização da segurança no Delta do Níger por meio de um processo, não tão antigo, mas de notório reconhecimento por parte da ONU, conhecido como “desarmamento”, “desmobilização” e “reintegração” (DDR). A segurança, por sua vez, era condição prévia para o desenvolvimento a médio e longo prazo da região (OSAPND, 2018).

Para recuperar a economia profundamente debilitada, percebemos que o governo nigeriano adotou uma abordagem *top-down*, característica das lideranças de nível 1 da pirâmide multinível de Lederach. Como bem recomendou nosso teórico referenciado, buscou-se primeiramente um acordo que encerrasse com as hostilidades, a fim de possibilitar que as futuras ações transcorressem de forma segura.

Podemos notar, ainda, que ao criar uma “declaração de visão” e estabelecer objetivos de médio e longo prazo, o programa atende um ponto-chave na estrutura integrada de construção da paz de Lederach, estabelecendo expectativas mais amplas de futuro, que envolvem mudanças nas estruturas sociais e convivência pacífica entre as partes conflitantes.

4.2 O PROCESSO DDR

Perfazendo um parêntese nas análises do PAP e suas ações, buscaremos explicar o significado de cada uma das expressões do processo DDR, visando facilitar o entendimento e a correlação com as ações do programa.

³⁹ Original em inglês: “The President may grant any person concerned with or convicted of any offence created by an Act of the National Assembly a pardon, either free or subject to lawful conditions.”

⁴⁰ *A Niger Delta Region populated with modern cities with leading edge environmental management practices, economic prosperity, skilled and healthy people and social Harmony.* Tradução para o português: “Uma região do Delta do Níger habitada com cidades modernas, com práticas de gestão ambiental de ponta, prosperidade econômica, pessoas qualificadas e saudáveis e harmonia social” (OSAPND, 2018).

O “desarmamento” envolve a coleta, controle e descarte de explosivos, armas de porte⁴¹, portátil⁴² e não portátil⁴³ dentro da área do conflito. Frequentemente requer o agrupamento e acantonamento de ex-combatentes⁴⁴. Inclui o desenvolvimento do Programa de Gerenciamento de Armas (UNDPKO, 1999).

A “desmobilização” é o processo pelo qual as partes envolvidas encerram com suas estruturas militares e os combatentes iniciam a conversão para a vida civil. Abrange, geralmente, o registro de ex-combatentes e pode ser seguida do recrutamento desses para uma Força regular (UNDPKO, 1999).

A “reintegração”, por sua vez, procura capacitar os ex-combatentes para que se adaptem, socialmente e economicamente, à vida civil produtiva. Geralmente, envolve compensações financeiras, geração de emprego e renda (UNDPKO, 1999).

Segundo Peixoto (2005), embora as atividades DDR estejam intimamente ligadas às Operações de Paz da ONU, é comum a condução dessas, sem coordenação alguma da ONU. O PAP, objeto deste estudo, foi implementado exclusivamente pelo governo nigeriano, sem participações externas e integrando seus atores internos, portanto, perfeitamente conectado ao pensamento mais abrangente de Lederach acerca da importância de tais atores nos processos de construção da paz.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES INTERNOS

A identificação dos atores internos nas atuais crises intraestatais cresce de importância para a análise dos processos de resolução de conflitos. Com base na pirâmide

⁴¹ Arma de fogo de dimensões e peso reduzidos, pode ser portada por um indivíduo em um coldre e disparada somente com uma das mãos pelo atirador (PF, 2017).

⁴² Arma cujo peso e dimensões permitem que seja transportada por um único homem, mas não conduzida em coldre, exigindo ambas as mãos para a realização do disparo (PF, 2017).

⁴³ Arma que, devido suas dimensões ou peso, não pode ser transportada por um único homem (PF, 2017).

⁴⁴ Para este estudo, designaremos como ex-combatentes, os militantes da região do Delta do Níger.

multinível de Lederach, procuraremos identificar os agentes locais presentes na crise do Delta do Níger, bem como seus padrões de abordagens, visando contribuir para a melhor análise da etapa seguinte, ou seja, das ações desenvolvidas junto ao PAP.

Humphrey (2008), já abordava sobre a importância da integração entre as partes interessadas na resolução dos conflitos distendidos no Delta do Níger. Destacava que a construção da paz na região dependia de ações coordenadas entre o governo nigeriano, as empresas petrolíferas e as comunidades produtoras de petróleo.

Em 2014, trabalhando junto ao PAP, Humphrey (2014) aponta como atores locais, os “delegados”⁴⁵, a equipe da OSAPND e o IYC⁴⁶. Ressalta que o Conselho dos Jovens de Ijaw possui papel de destaque no programa, possibilitando o acesso dos membros de suas comunidades a um círculo mais amplo de pessoas influentes. Nesse caso, o OSAPND estaria entre as lideranças do nível 1, o IYC representando as de nível 2, e os “delegados”, no nível 3, de acordo com a pirâmide multinível de Lederach.

A fim de planejar as ações a serem implementadas pelo PAP, existe um Comitê de Anistia, cujo presidente é o *Special Adviser to the President on Niger Delta* (SAPND)⁴⁷, que se reúne regularmente. Os consultores que participam desse comitê, são denominados *leaders*⁴⁸, e representam diferentes categorias. Entre eles, temos representantes das empresas petrolíferas, dos “delegados”, do IYC e funcionários do governo (HUMPHREY, 2014).

De acordo com a lente teórica de Lederach, observamos que sua proposta de representatividade das lideranças de nível 3 vem sendo cumprida com a participação de “delegados” envolvidos no planejamento do programa. A presença deles nos comitês,

⁴⁵ Como são chamados os ex-militantes da região do Delta do Níger que encontram-se inscritos no PAP (HUMPHREY, 2014).

⁴⁶ Vide capítulo 3.

⁴⁷ Podemos traduzir como “Assessor Especial do Presidente para o Delta do Níger” (OSAPND, 2018).

⁴⁸ Podemos traduzir como “líderes”.

possibilita, ainda, uma abordagem *bottom-up*, onde os assuntos que afetem suas respectivas comunidades são tratados e discutidos, estreitando laços entre os atores internos.

Quanto ao nível intermediário de sua pirâmide, aquele que, segundo Lederach, possui maior potencial para sustentação da paz no longo prazo, encontramos o Conselho dos Jovens de Ijaw. Por meio de uma abordagem *middle-out*, atuam como elo de ligação fundamental entre o OSAPND e as comunidades Ijaw, principalmente, potencializando a resolução de seus problemas, tendo em vista o papel de destaque que possuem junto ao PAP.

4.4 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ANISTIA PRESIDENCIAL

Prosseguindo com a análise do Programa de Anistia Presidencial, focaremos, a partir de agora, nas ações desenvolvidas no contexto do PAP, no período de 2009 a 2018. Para tal, procuraremos abordá-las dentro de cada expressão do processo DDR, já descritas neste capítulo, correlacionando-as com os conceitos teóricos do modelo proposto por John Paul Lederach.

O período, limitado à 2018, deveu-se à mudança do SAPND, em 13 de março de 2018, caracterizando novo gerenciamento do programa que ainda se encontra em andamento.

4.4.1 Desarmamento

O processo DDR implementado pelo PAP iniciou-se com o “desarmamento” dos militantes do Delta do Níger que, voluntariamente, aceitaram entregar suas armas. A primeira fase do desarmamento, conduzida entre os dias 6 de agosto e 4 de outubro de 2009, envolveu todos os grupos militantes conhecidos na região e alcançou desarmar 20.192 agitadores. À etapa inicial, seguiram-se outras duas, com 6.166 e 3.642 desarmados, respectivamente, totalizando 30.000 agitadores capturados, conforme banco de dados do programa (AJIBOLA, 2015; OSAPND, 2018).

Todos os armamentos⁴⁹, munições e explosivos recuperados, foram destruídos publicamente em uma área designada na localidade de Lokpanta, no *Abia State*⁵⁰, no dia 25 de maio de 2011 (OSAPND, 2018).

Essa etapa do processo DDR nigeriano é considerada a mais bem-sucedida entre todas as outras conduzidas em países africanos (OSAPND, 2018). Segundo Ogbu (2017), a aderência dos principais líderes militantes aumentou a credibilidade no programa, atraindo os demais.

Face ao exposto, podemos concluir que a fase do “desarmamento”, ao cessar com os focos de violência direta na região do Delta do Níger, correspondeu à etapa de “gestão da crise” formulada pela estrutura integrada de construção da paz de Lederach.

4.4.2 Desmobilização

A próxima etapa do processo DDR englobou a identificação, registro e documentação dos ex-militantes, em campos designados. Além disso, houve o incremento de uma etapa de reabilitação, iniciada em junho de 2010 e concluída em dezembro de 2011, em que todos os cadastrados no programa passaram por verificação de saúde, orientação profissional e alguns outros treinamentos “transformacionais” (IKELEGBE, 2016; OSAPND, 2018).

De acordo com Ikelegbe (2016), as atividades “transformacionais” foram planejadas para remover a crença na violência, enraizada nos ex-agitadores, oferecendo-lhes novas perspectivas de enxergar a vida.

Essa fase do processo, apesar de sua escassez de informações, representou a continuidade do caminho de transformação do conflito, proposto por Lederach. Observando seu

⁴⁹ Aqui, estamos considerando as armas de porte, portátil e não-portátil.

⁵⁰ Estado produtor de petróleo, pertencente à região do Delta do Níger, vide capítulo 3.

modelo teórico, a “desmobilização” conduzida pelo PAP associa-se às ações de curto e médio prazo da “preparação e treinamento” presente na dimensão temporal de sua estrutura para construção da paz. Nesse caso, podemos inferir que representou uma etapa de preparação dos ex-militantes para uma vida em sociedade.

4.4.3 Reintegração

A fase de reintegração iniciou-se paralelamente à anterior. Conforme os ex-militantes findavam sua reabilitação, passavam a denominar-se “delegados” do PAP, conforme citado anteriormente, e iniciavam suas atividades nessa nova fase. Essa etapa visou a reinserção social dos inscritos no programa, por meio de subsídios mensais, no valor de N65.000⁵¹, capacitações, envolvendo treinamentos técnico-profissionais e bolsas de estudo no país e no exterior, além de medidas para promover a geração de empregos (AJIBOLA, 2015; EBIEDE *et al.*, 2020; OSAPND, 2018). Segundo Ajibola (2015), os jovens do Delta do Níger puderam optar por receber treinamentos na área profissional ou matricularem-se em instituições de ensino.

Essa fase vem sendo gerenciada pelo Departamento de Reintegração do OSAPND, inaugurado em 12 de julho de 2013, composto por três principais Unidades, entre outras mais administrativas: a *Vocation*⁵², responsável pela inserção dos “delegados” em programas de treinamento profissional; a *Education*⁵³, encarregada pela inscrição em instituições de ensino; e a *Post-Training and Empowerment (PTE)*⁵⁴, com a tarefa de ampliar as condições de

⁵¹ Naira (N) é a moeda nigeriana. A título de equivalência, uma naira equivale a US\$ 0,0026 (câmbio do dia 17 de junho de 2020).

⁵² Podemos traduzir como “Vocação”.

⁵³ Podemos traduzir como “Educação”.

⁵⁴ Podemos traduzir como “Pós-treinamento e Empoderamento”. Os programas e outras medidas adotadas por esta Unidade visam ampliar as chances de emprego por parte dos “delegados”.

oportunidade de emprego dos participantes do PAP que tenham concluído seus treinamentos técnico-profissionais (EBIEDE *et al.*, 2020; OSAPND, 2018).

Pelo exposto, podemos concluir que o PAP foi bem estruturado para prosseguir com a “transformação do conflito” proposta por Lederach. As atividades da fase de reintegração podem ser perfeitamente enquadradas nos conjuntos “preparação e treinamento” e “mudanças sociais necessárias” da sua dimensão temporal do processo de transformação do conflito, para no médio e longo prazo, construïrem a paz desejada.

Tendo percebido a falta de oportunidade de emprego na região do Delta do Níger para todos os participantes do PAP, a Unidade PTE do OSAPND iniciou um programa de capacitação empresarial para os concludentes da etapa profissional. A primeira parte do programa incluiu um treinamento intensivo de três semanas, preparatório para a abertura do próprio negócio, com o intuito de torná-los autossuficiente. Posteriormente, prestaram o auxílio em todo o trâmite burocrático para o registro das empresas, arcaram com o aluguel dos estabelecimentos por 24 meses e forneceram todo o material necessário para funcionamento (OSAPND, 2018; UBHENIN, 2013).

Contribuindo com a visão empreendedora do pacote de pós-treinamento profissional, doze empresas petrolíferas multinacionais criaram a *Oil and Gas Industry Foundation* (OGIF)⁵⁵. Por meio de um projeto autogerenciado, sem qualquer financiamento do governo, essas empresas investem em uma pequena parcela do número de “delegados”, fornecendo-lhes treinamentos específicos na área petrolífera, para posterior contratação. Regularmente são realizadas reuniões de avaliação, entre funcionários do OSAPND e

⁵⁵ Podemos traduzir como “Fundação das Indústrias de Petróleo e Gás”. As seguintes empresas petrolíferas compõem a OGIF: NAOC, ADDAX, OANDO, NIGER DELTA PETROLEUM RESOURCES, CHEVRON, EXXON MOBIL, SHELL, TOTAL, NLNG, SLB, PAN OCEAN e NPDC

representantes da OGIF, para analisar e monitorar o progresso das atividades (HUMPHREY, 2014).

Em vista dos argumentos apresentados, percebemos a preocupação do PAP, não só na preparação e capacitação de seus “delegados”, mas também na inclusão à vida produtiva. Dentro desse aspecto, podemos inserir tais iniciativas no conjunto de atividades das “mudanças sociais necessárias” da dimensão temporal do processo de transformação do conflito proposto por Lederach.

E para finalizar a análise das ações desenvolvidas na fase de reintegração, o OSAPND ressalta que vem adotando o estabelecimento do diálogo como meio de prevenção contra novos conflitos nas comunidades produtoras de petróleo (OSAPND, 2018). Tal medida encontra perfeita sintonia com a proposta de atividades para resolução dos conflitos no longo prazo, conforme a estrutura integrada de construção da paz de Lederach.

4.5 DIFICULDADES E OPORTUNIDADES DE MELHORIA

Diante de todas as medidas apresentadas, o PAP, em um primeiro momento, pareceu estar no caminho certo.

De acordo com o estudo conduzido pelo *United Nations Office on Drugs and Crime*⁵⁶ (2013):

Na medida em que tais revoltas são sujeitas a negociação, o conflito no Delta do Níger efetivamente chegou ao fim em 2011. (...) Esta é provavelmente uma das razões pelas quais, pela primeira vez, o roubo de petróleo se espalhou além do território nigeriano. Com a pretensão política perdida, não há mais necessidade de ladrões de petróleo se limitarem aos alvos no Delta (UNODC, 2013, p. 46, tradução nossa)⁵⁷

⁵⁶ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

⁵⁷ Tradução do original em inglês: “Insofar as such uprisings are subject to negotiation, the Niger Delta conflict effectively came to an end in 2011. (...) This is likely one reason why, for the first time, petroleum theft has spread beyond Nigerian territory. With the political pretense lost, there is no longer any need for oil thieves to limit themselves to targets in the Delta”.

Com o impacto positivo na indústria de petróleo, a produção aumentou em 15%, desde 2008, e está mais próxima do pico anterior, alcançado em 2005. As práticas ilícitas, incluindo atentados contra as companhias petrolíferas, sequestros e atos de pirataria, declinaram notavelmente, a partir de 2009 (UNODC, 2013). O OSAPND (2018) registrou, ainda, o aumento do investimento direto estrangeiro (IED) na região e o crescimento das reservas externas da Nigéria, como resultado do aumento da produção petrolífera.

Em contrapartida, após iniciada a fase de reintegração, o programa parece que não atendeu completamente às expectativas das comunidades da região. Segundo Ikelegbe (2016), o PAP alcançou reduzir temporariamente as taxas de criminalidade e violência no Delta do Níger, no entanto, não as eliminou completamente. Houvera descontentamento com o ritmo de entrega das promessas, no que tange à emprego, despoluição e desenvolvimento da região, além da não inclusão de alguns militantes no programa.

Pelo exposto, percebemos que a insatisfação permanece sob alguns dos fatores levantados no capítulo anterior como causas das agitações na região. Sendo assim, embora o PAP tenha encaminhado boas soluções para transformar o conflito, parece que não deu atenção necessária às “raízes do conflito” da estrutura integrada de construção da paz de Lederach. Diante disso, baseando-se nas causas apontadas e frente aos novos fatos que apresentaremos, procuraremos aportar algumas contribuições para o processo, pautados no modelo teórico de Lederach.

Embora os programas educacionais e de treinamento buscassem garantir que seus “delegados” obtivessem habilidades e capacidades que facilitariam na obtenção do emprego, muitos deles continuam desempregados. Segundo Ebiede *et al.* (2020), o treinamento que recebiam não era acompanhado pela criação de novas oportunidades de emprego no Delta do Níger, muito devido à falta de investimentos na região.

Por outro lado, os gastos generosos com o PAP foram descritos na mídia popular como uma “responsabilidade política” para o governo nigeriano, devendo corresponder com a geração de novas capacitações, empregos e desenvolvimento da região. A proposta de orçamento para o ano de 2012, por exemplo, destinou N305 bilhões ao Programa de Anistia, que é mais do que o governo gasta para oferecer educação básica às crianças (UBHENIN, 2013).

Somado a isso, Ubhenin (2013) relata, ainda, o interesse de alguns políticos em manter uma militância armada e politicamente motivada na região, que os serviriam durante os processos eleitorais.

Por trás da falta de emprego e desenvolvimento da região, percebemos uma outra causa, já apontada no capítulo anterior, que é a corrupção, bastante enraizada na política nigeriana. Diante disso, outras respostas à nível sistêmico, poderiam ter sido implementadas para acompanhamento do PAP. Segundo a estrutura integrada de Lederach, atividades do conjunto “raízes do conflito” e “visão” estariam mais propensas a eliminação ou mitigação de questões estruturais, como a corrupção. No curto e médio prazo, por exemplo, uma política de transparência, fundamentada na prestação de contas, poderia inibir os desvios de dinheiro. Por outro lado, uma reestruturação política e social, pensada no longo prazo, contemplaria a “visão” proposta por Lederach e atenderia a declaração de visão do PAP.

Um Comitê estabelecido pelo OSAPND, em maio de 2018, para revisar as operações do Programa de Anistia, constatou que dos 1.061 estudantes destacados em março de 2018 para várias instituições do país, apenas 314 foram encontrados no banco de dados do programa (OSAPND, 2018). Como podemos observar, políticas de transparência dos gastos públicos já começam a ser implementadas em um esforço de combater as “raízes do conflito”.

Segundo Ubhenin (2013), o programa não definiu nenhum papel para as empresas petrolíferas, estas que também estão no cerne dos problemas enfrentados pela região. Algumas

das reivindicações locais, prévias à anistia, envolviam a despoluição e compensações pela degradação do meio ambiente.

Apesar da participação voluntária de algumas companhias petrolíferas, por meio da OGIF, o governo parece não envolvê-las no processo de construção da paz como deveria, e Humphrey (2014) destacou isso ao não considerá-las no *hall* dos atores internos. Entendemos que o governo federal deveria cobrar mais responsabilidade social das empresas petrolíferas que atuam no Delta do Níger. O investimento na região, o engajamento na despoluição, a promoção de eventos locais, além da manutenção no oferecimento de oportunidades de emprego para os ex-militantes das comunidades, possibilitaria a criação de uma cultura de pertencimento.

Essa aproximação, incentivada pelo governo, incluiria as companhias de hidrocarbonetos entre os atores internos, inserindo-as no nível intermediário da pirâmide de Lederach, aquele que, segundo o mesmo, por suas ações conciliadoras, teria maior potencial para sustentar o processo de construção da paz no longo prazo.

Assim sendo, concluímos a descrição e análise do Programa de Anistia Presidencial implementado pelo governo nigeriano, a partir de 2009, para resolução da crise instalada na região do Delta do Níger. As ações desenvolvidas com base no processo DDR vêm transformando o conflito, embora permaneçam presentes as causas relacionadas às agitações iniciais, como a corrupção, o descaso com o desenvolvimento da região e o consequente desemprego, além da poluição do meio ambiente. Esforços do governo para implementar respostas à nível sistêmico que combatam as “raízes do conflito” de Lederach e o envolvimento das empresas petrolíferas no processo de construção da paz foram abordagens visualizadas para ampliar o potencial de sucesso do PAP.

5 CONCLUSÃO

A análise de um processo de resolução de conflito intraestatal demanda uma lente teórica focada nas interações entre atores internos, que permita ao pesquisador melhor compreender as peculiaridades das partes antagônicas e os complexos relacionamentos estabelecidos entre elas. O modelo teórico de transformação do conflito adotado por John Paul Lederach (1955-), descrito nesta pesquisa, permitiu a consecução de tal análise.

As causas por detrás dos acontecimentos geradores da crise no Delta do Níger, possuem explicações que remontam ao período colonial. A administração britânica baseada na exploração dos recursos da região parece ter influenciado as elites nigerianas que, no período pós colonial, buscaram reproduzir a mesma maneira de governar. Sob tal aspecto, a exploração e controle dos hidrocarbonetos se transformou em uma das principais fontes de instabilidade e vêm perpetuando a luta das minorias étnicas produtoras.

A inabilidade dos governos civis e militares em administrar a porção mais rica em recursos naturais do país, em parte devido à corrupção enraizada na política, acabou consolidando sentimento de revolta, desconfiança e injustiça, que consubstanciaram a formação dos grupos militantes armados e levaram à crise no Delta do Níger. Por conta do incremento da violência na região, e o conseqüente impacto na economia, o governo federal nigeriano se viu pressionado a intervir, não mais pela repressão, mas sim por meio de um processo pacífico de resolução de conflito, neste caso, o Programa de Anistia Presidencial, em 2009.

O PAP, como ficou conhecido, guarda profundas relações com o modelo teórico de Lederach, principalmente no que se refere ao envolvimento dos atores internos e a integração de suas ações dentro de uma visão sistêmica. A representatividade estabelecida por meio da participação de parcela dos “delegados” nas reuniões de planejamento do programa e o *feed*

back que trazem de suas comunidades para discussão nos comitês, típico de uma abordagem *bottom-up*, exemplificam essa relação.

O estabelecimento de uma “visão de futuro” e as várias respostas implementadas pelo PAP, no curto, médio e longo prazo, desde o desarmamento dos grupos militantes, passando pela reabilitação, capacitação e culminando com a reintegração à vida social e produtiva, demonstram a busca pela “transformação do conflito”, conforme proposto por Lederach em sua estrutura integrada de construção da paz.

De acordo com o modelo teórico de Lederach, entendemos que o PAP, dentro do período analisado, ou seja, entre 2009 e 2018, encaminhou boas soluções para a construção da paz na região do Delta do Níger, respondendo a nossa questão central.

Quanto às questões complementares, ao analisarmos o PAP e suas ações, identificamos duas lacunas com potencial para comprometer o processo: uma atinente às causas do conflito e outra referente aos atores internos.

O descontentamento com o ritmo de entrega das promessas, demonstrou que as “raízes do conflito”, identificadas no capítulo 3, não foram combatidas pelo PAP. A corrupção enraizada na política, o descaso com o desenvolvimento das comunidades da região e a despoluição de seus ambientes naturais são causas que deram origem às agitações no Delta do Níger e que permanecem no centro das insatisfações. Por outro lado, algumas dessas questões envolvem as empresas petrolíferas, que não foram devidamente adjudicadas ao processo de construção da paz. No final do capítulo 4, propostas como reestruturação política e social, política de transparência com os gastos públicos atinentes ao programa e a cobrança de responsabilidade social por parte das companhias de petróleo, foram sugeridas para aperfeiçoamento do programa, com base nas análises realizadas à luz do modelo teórico de Lederach.

Dessa forma, podemos afirmar que o propósito da presente pesquisa foi atingido. Alcançamos descrever e analisar o Programa de Anistia Presidencial e as ações implementadas no período de 2009 a 2018, aportando, inclusive, contribuições para o seu melhoramento. Seguindo um desenvolvimento analítico, com base no modelo teórico de Lederach, todas as questões apresentadas foram respondidas.

Por fim, devido ao foco nos atores internos, a teoria de Lederach poderia ser empregada para futuras pesquisas no âmbito da Marinha do Brasil, especialmente visando à análise de processos DDR implementados pela ONU em conflitos intraestatais, nos quais as Forças Armadas brasileiras tenham participado, como a MINUSTAH, no Haiti. Tal edificação do conhecimento é importante para que compreendamos as dificuldades atinentes aos processos de construção da paz e com isso aprimoremos a preparação das lideranças militares envolvidas com as missões de paz da ONU.

REFERÊNCIAS

- AAAS. American Association for the Advancement of Science. *Eyes on Nigeria*: Technical report. 2011. Disponível em: <https://www.aaas.org/sites/default/files/AAAS_EyesOnNigeria_Technical_Report.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- ABAL, José M. S; CASADO, Miguel R. H. *Nigeria, elenco de conflitos*. La insurgencia en el Delta del Niger. Instituto Español de Estudios Estratégicos. 2017. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2017/DIEEEA27-2017_Nigeria_ElencoConflictos_JMSA-MiguelRomero.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- ADEROGBA, A. Government Amnesty Programme and Peace Efforts in the Niger Delta Region: An Analysis of Newspapers' Coverage. *European Scientific Journal*, Osun (Nigéria), v. 12, n. 20, p. 26-37, jul. 2016. Disponível em <<file:///C:/Users/FLVIO~1/AppData/Local/Temp/7760-Article%20Text-22594-1-10-20160730.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- AJIBOLA, Iyabobola O. Nigeria's Amnesty Program: The Role of Empowerment in Achieving Peace and Development in Post-Conflict Niger Delta. *SAGE Open Journals*, Ibadan (Nigéria), v. 5, n.3, p. 1-11, jul. 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244015589996>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- AJODO-ADEBANJOKO, Angela; OJUA, Takim A. An Assessment of the Niger Delta Crisis and Nigeria's External Relations: from 1992 – 2008. *International Journal of Humanities and Social Science*, Nigéria, v. 3, n. 5, p. 179-192, abr. 2013. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1065.233&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2020.
- ASUNI, Judith B. *Understanding the Armed Groups of the Niger Delta*. Working Paper. Council of Foreign Relations. New York. September 2009. Disponível em: <https://www.cfr.org/sites/default/files/pdf/2009/09/CFR_WorkingPaper_2_NigerDelta.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo n. 179, de 14 de dezembro de 2018. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1675243&filename=OF+367/2018+CCP+%3D%3E+PDC+847/2017>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- BRECHER, Michael. *Crisis in World Politics: Theory and Reality*. Pergamon, 1993. 694 p.
- CURLE, Adam. *Making Peace*. Londres: Tavistock Publications, 1971. 301 p.

DAILY REVIEW. *Nigeria: Uduaghan allays fears if disintegration...Southern Nigeria sets tone for national confab.* 2014. Disponível em: <https://dailyreviewonline-ng.com/2014/02/12/nigeria-uduaghan-allays-fears-if-disintegration-southern-nigeria-sets-tone-for-national-confab/#.Xxz38-dv_IU>. Acesso em: 30 jun. 2020.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/aspecto/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fatores/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DUGAN, Marie. A Nested Theory of Conflict. *A Leadership Journal: Women in Leadership-Sharing the Vision*, Little Rock, v. 1, n. 1, p. 9-20, jul. 1996. Disponível em: <https://emu.edu/cjp/docs/Dugan_Maire_Nested-Model-Original.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

EBIEDE, Tarila M. *et al.* Disarmament, Demobilization, and Reintegration: Analysing the Outcomes of Nigeria's Post-Amnesty Programme. *Stability: International Journal of Security & Development*, v. 9, n. 6, p. 1-17, abr. 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/FLVIO~1/AppData/Local/Temp/752-3638-2-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FAGANELLO, Priscila L. F. *Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 329 p.

FREUND, Julien. *Sociología del Conflicto.* Madrid: Ediciones Ejército, 1995. cap. 1, 2 e 3.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990. Disponível em: <<https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

GALTUNG, Johan. *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding.* 1976. p. 282-304. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2016/06/galtung_1976_three_approaches_to_peace.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, p. 167-191, ago. 1969. Disponível em: <http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

GERHARD, W. *Justice in Transition - Prosecution and Amnesty in Germany and South Africa.* Berlin: Berliner Wissenschafts-Verlag, 2006. 277 p.

GOMES, Alexandre de S. *A Guerra Civil em Serra Leoa (1991-2002) e seu processo de resolução: uma análise à luz da teoria de John Paul Lederach*. 2018. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais) - Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

HUMPHREY, Margaret I. A. *Building Sustainable Peace in the Fragile Delta Region of Nigeria*. In: General Conference Global Governance for Sustainable Development, 12., 2008, Genebra. *Conferência...*Genebra: 2008. p. 20.

HUMPHREY, Margaret I. A. *Engaging the Nigerian Niger Delta Ex-Agitators: The Impacts of the Presidential Amnesty Program to Economic Development*. In: General Conference “Responsible Development in a Polycentric World”, 14., 2014, Bonn (Alemanha). *Conferência...*Bonn: 2014. p. 30.

ICG. International Crisis Group. *Nigeria's faltering federal experimente executive summary and recommendations*. Africa report n° 119. 2006. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/119-nigeria-s-faltering-federal-experiment.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ICG. International Crisis Group. *Curbing violence in Nigeria (III): Revisiting the Niger Delta*. Africa report n° 231. 2015. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/231-curbing-violence-in-nigeria-iii-revisiting-the-niger-delta.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

IKELEGBE, Augustine. *The Amnesty Programme and the Resolution of the Niger Delta Crisis: Progress, Challenges and Prognosis*. 2018. 163 f. Monografia. Center for Population and Environmental Development (CPED), Benin (Nigéria), 2016. Disponível em: <https://media.africaportal.org/documents/CPED_Monograph_Series_No_14-The_Amnesty_Programme_.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LACCINO, Ludovica. *International Business Times*. *Nigeria: pro-Biafrans “the next Boko Haram” if they join forces with Niger Delta militants*. 28 set. 2015. Disponível em: <<https://www.ibtimes.co.uk/nigeria-pro-biafrans-next-boko-haram-if-they-join-forces-niger-delta-militants-1521525>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LEDERACH, John P. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. United States Institute of Peace Press: Washington, D.C., Estados Unidos da América, 1997. 197 p.

LUZ, Margarida R. C. *A Pirataria no Golfo da Guiné: como precaver a intensificação do fenômeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de instabilidade e segurança?* 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21818/1/Tese_Margarida%20Luz.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MORUKU, Robert K. *The State, Multinational Oil Companies, and Restiveness in the Niger Delta: Towards a Holistic Crisis Management*. *Journal of Alternative Perspectives in the Social Science*, Asaba (Nigéria), v. 3, n. 4, p. 883-913, 2012. Disponível em: <<https://www.japss.org/upload/4morukujan12.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NIGERIA. Constitution (1999). Constitution of the Federal Republic of Nigeria, Act nº 24, 5 mai. 1999. Abuja: National Assembly, 1999.

OGBU, Silk U. Amnesty as a Tool in the Negotiation to End Insurgency in the Niger Delta. *Global Journal of Political Science and Administration*, Lagos (Nigéria), v. 5, n. 2, p. 1-22, 2017. Disponível em: <<http://www.eajournals.org/wp-content/uploads/Amnesty-as-a-Tool-in-the-Negotiation-to-end-Insurgency-in-the-Niger-Delta.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

OGEGE, Samuel O. Amnesty Initiative and the Dilemma of Sustainable Development in the Niger Delta Region of Nigeria. *Journal of Sustainable Development*, Abraka (Nigéria), v. 4, n. 4, p. 249-258, 2011. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/f682/a9c4c07d1ff5f825428975241ac1b206a1ea.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Consolidación de la Paz. Oficina de Apoyo a la Consolidación de la Paz*. Disponível em: <<https://www.un.org/peacebuilding/es/supportoffice>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. *UN Peacebuilding: an Orientation*. Peacebuilding Support Office. September 2010. Disponível em: <https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/peacebuilding_orientation.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OSAPND. *Office of the Special Adviser to the President on Niger Delta*. The Coordinator of the Presidential Amnesty Programme (CPAP). 2018. Disponível em: <<https://www.osapnd.gov.ng/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PEIXOTO, Aline R. *O Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes nas Sociedades Pós-Conflito e o Novo Papel das Nações Unidas na Manutenção da Paz*. 2005. 85 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Brasília, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9302/1/20343934.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PF. Polícia Federal. Academia Nacional de Polícia. *Cartilha de Armamento e Tiro*. Brasília, 2017. 27 p.

PRUITT, Dean G; RUBIN, Jeffrey Z. *Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement*. New York: Random House, 1986. 213 p.

RAHIM, Afzalur M. Toward a Theory of Managing Organizational Conflict. *The International Journal of Conflict Management*, Reino Unido, v. 13, n. 3, p. 206-235, set. 2002. Disponível em: <https://www.dphu.org/uploads/attachements/books/books_5629_0.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ROWELL, Andrew. *Shell-shocked: The Environmental and Social Costs of Living with Shell in Nigeria*. Amsterdam: Greenpeace International, 1994. 30 p.

SCHIERENBECK, Isabell. Beyond the local turn divide: lessons learnt, relearnt and unlearnt. *Third World Quarterly*, Suécia, v. 36, n. 5, p. 1023-1032, jun. 2015.

SLYE, R. The Legitimacy of Amnesties under International Law and General Principles of Anglo-American Law: Is a Legitimate Amnesty possible? *Virginia Journal of International Law*, Seattle, v. 43, n. 1, p. 173-247, 2002. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.seattleu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1433&context=faculty>> Acesso em: 29 jun. 2020.

UBHENIN, Oscar E. The Federal Government's Amnesty Programme in the Niger-Delta: An Appraisal. *Journal of Administrative Science*, v. 11, n. 21, p. 179-203, 2013. Disponível em: <<https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/46280>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

UNDP. United Nations Development Programme. *Niger Delta Human Development Report*. 2006. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/nigeria_hdr_report.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

UNDPKO. United Nations Department of Peacekeeping Operations. *Disarmament, Demobilization, and Reintegration of ex-Combatants in a Peacekeeping Environment: Principles and Guidelines*. Lessons Learned Unit. December 1999. Disponível em: <<https://www.somali-jna.org/downloads/DD&R%20UNPKO.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNEP. United Nations Environmental Programme. *About UN Environmental Programme*. Disponível em: <<https://www.unenvironment.org/about-un-environment>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. *Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment*. Viena, fev. 2013. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_EN.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

WATTS, Michael. Resource curse? governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria. *Geopolitics*, v. 9, n. 1, p. 50-80, 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14650040412331307832?needAccess=true>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ANEXOS

ANEXO A

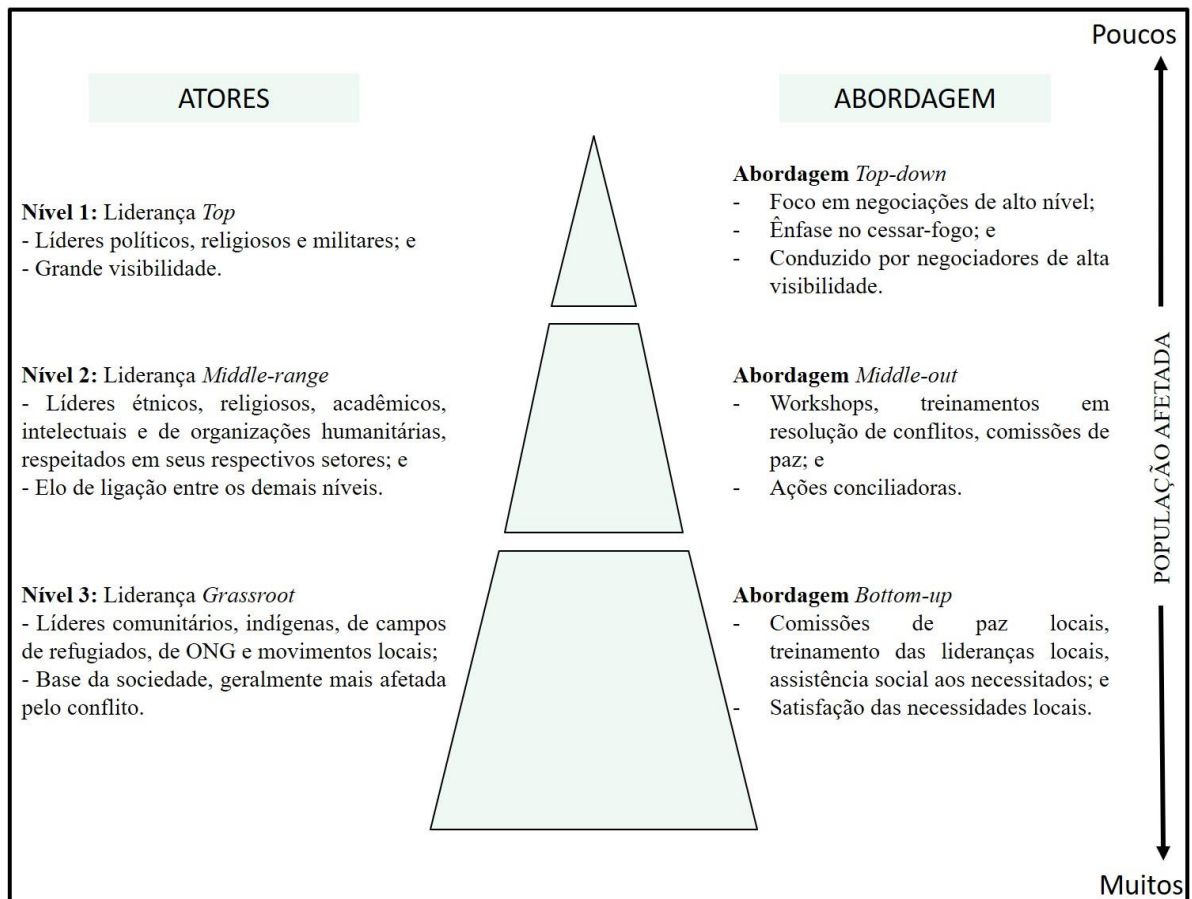


FIGURA 1- Estrutura piramidal multinível de Lederach

Fonte: Adaptado de LEDERACH, 1997, p. 39.

ANEXO B

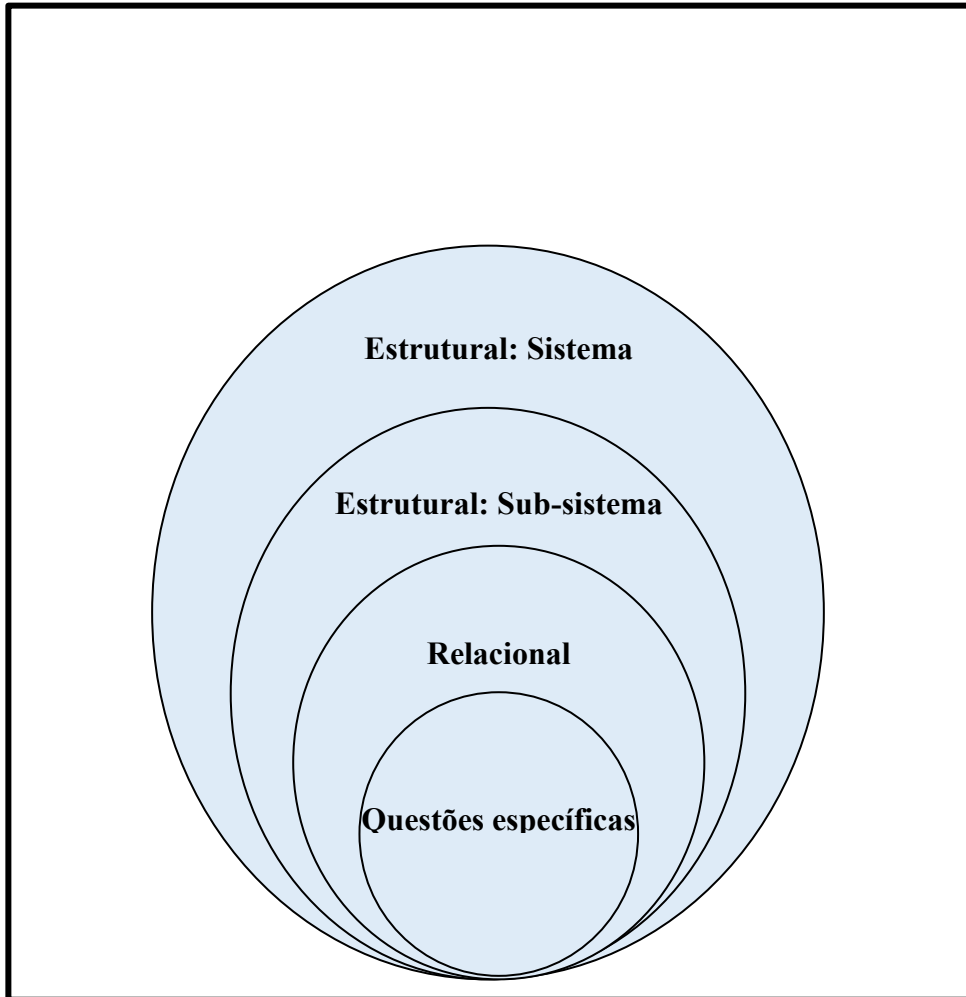


FIGURA 2 - Modelo Multiparadigma de Marie Dugan
Fonte: DUGAN, 1996, p. 14.

ANEXO C

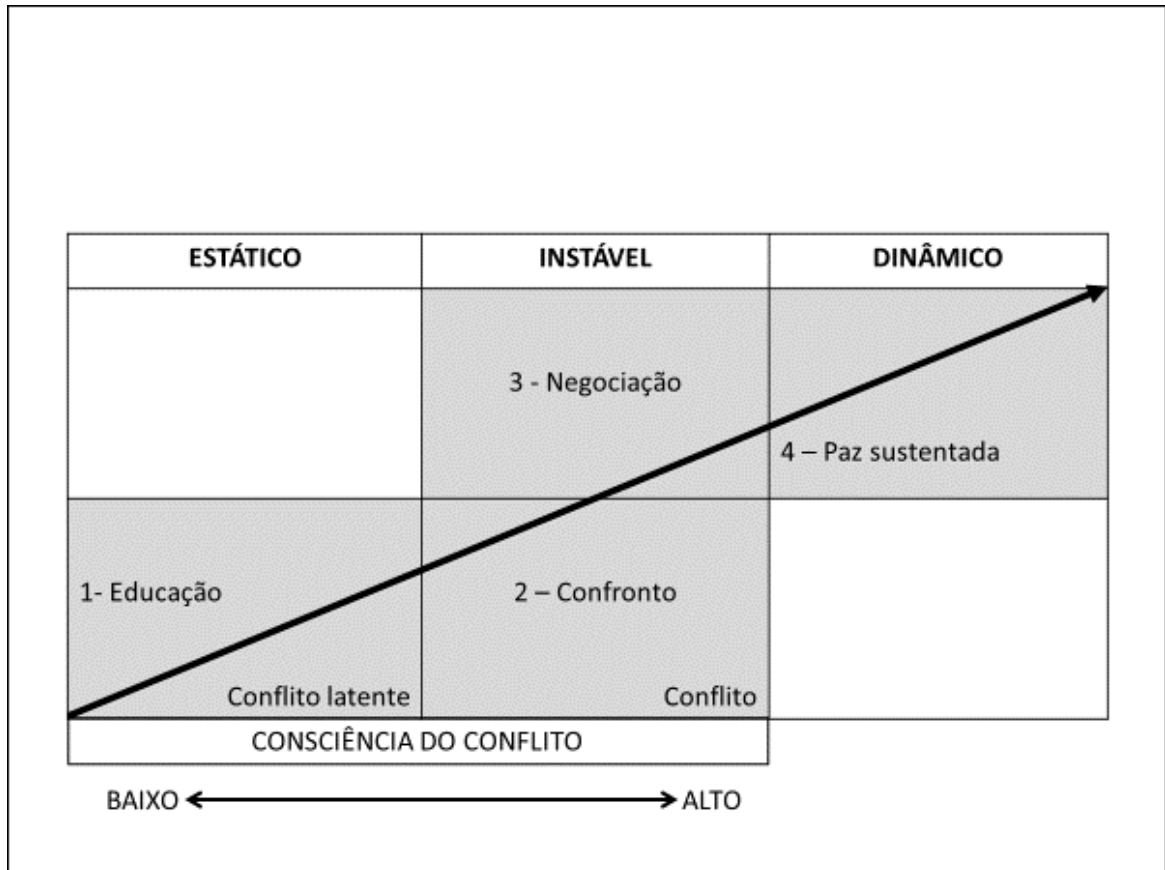


FIGURA 3 – Modelo de progressão do conflito, de acordo com Adam Curle
 Fonte: CURLE, 1971, p. 186.

ANEXO D

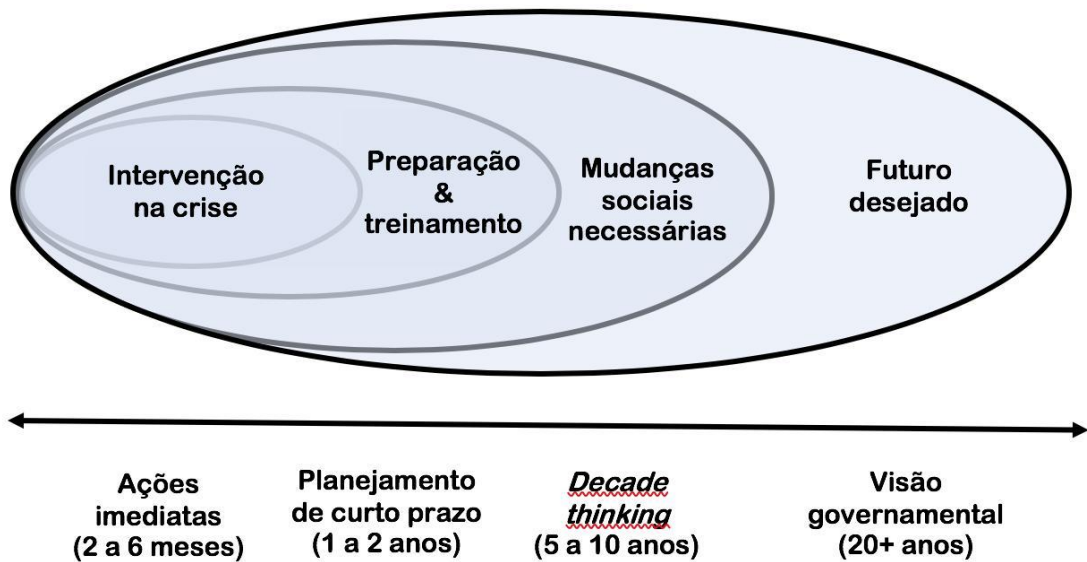


FIGURA 4 - Dimensão temporal da construção da paz, segundo Lederach
Fonte: GOMES, 2018, p. 58.

ANEXO E

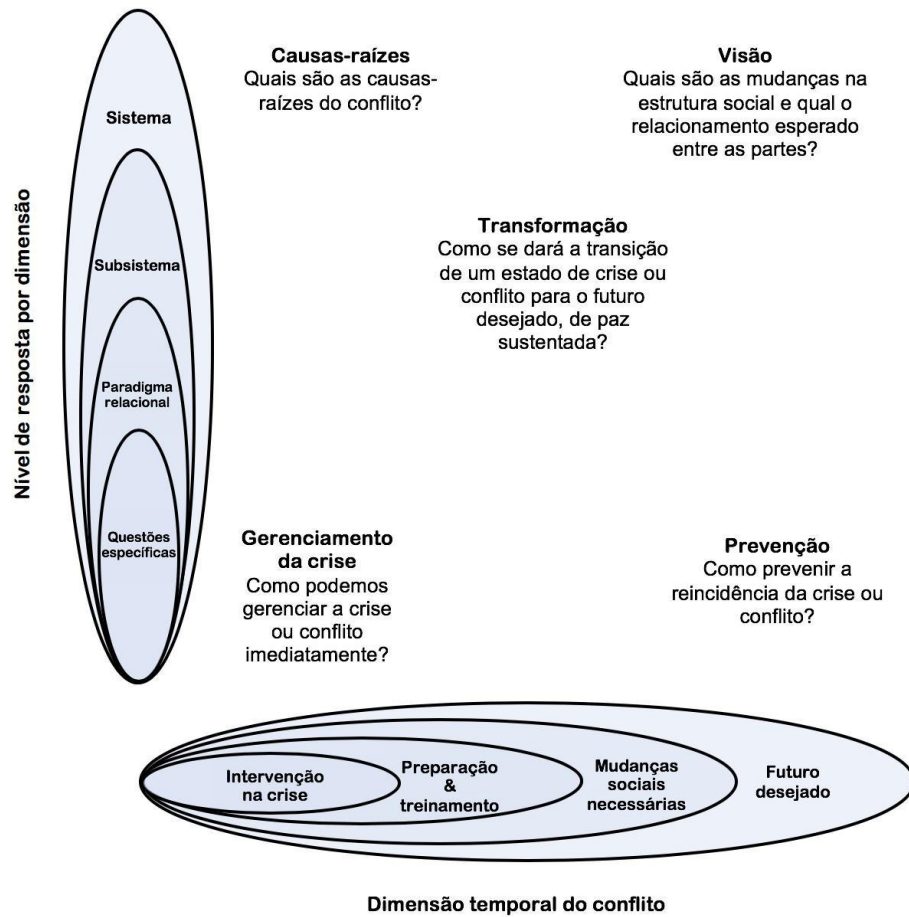


FIGURA 5 – Estrutura integrada de construção da paz, de acordo com Lederach
 Fonte: GOMES, 2018, p. 58.

ANEXO F



FIGURA 6 – Região do Delta do Níger com seus nove Estados constituintes

Fonte: LACCINO, 2015.

ANEXO G



FIGURA 7 – Mapa multiétnico da Nigéria
 Fonte: FALOLA e HEATON, 2008, p. XL.

ANEXO H

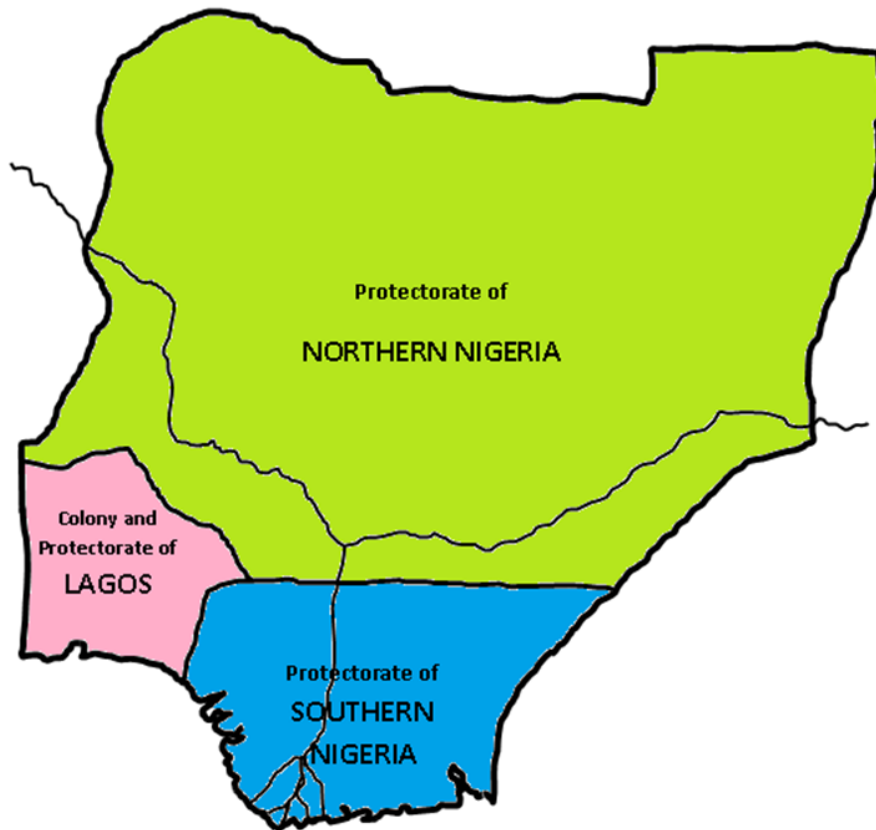


FIGURA 8 - Mapa de 1900, com os protetorados do norte e do sul
Fonte: Daily Review, 2014.

ANEXO I



FIGURA 9 - Mapa da Nigéria de 1967, com o Estado Independente de Biafra
Fonte: LACCINO, 2015.